NOVO MDB? COM DEZ ANOS DE EXISTÊNCIA, O PSD DE KASSAB TORNA-SE PEÇA-CHAVE NO XADREZ DA GOVERNABILIDADE E TEM PLANOS AMBICIOSOS PARA OS EXECUTIVOS ESTADUAIS

ESTADO ISLÂMICO APÓS O DESASTRE NORTE-AMERICANO NO AFEGANISTÃO, O GRUPO TERRORISTA RECOBRA O FÔLEGO, AVANÇA SOBRE A ÁFRICA E ASSOMBRA O OCIDENTE

PONTOS QUE NÃO EXPIRAM NO CARTÃO.

O BRADESCO PRIME CONECTA VOCÊ.

Saiba mais:

Até

3,3

pontos Livelo
no cartão de crédito
sem anuidade.

prime.bradesco bradescoprime /bradescoprime
youtube.com/bradescoprime

Banca do Antfer
Telegram: https://t.me/bancadoantfer
Issuhub: https://issuhub.com/user/book/1712

CartaCapital

1º DE SETEMBRO DE 2021 • ANO XXVII • Nº 1172

O Pantanal perdeu 74% da superfície de água desde 1985. Pág. 36

Capa: Pilar Velloso/ Istockphoto

LALO DE ALMEIDA/FOLHPRESS E ISTOCKPHOTO

CENTRAL DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 9 ÀS 18 HORAS, EXCETO FERIADOS SP: 11 3512-9486 / RJ: 21 4062-7183 / MG: 31 4062-7183 / DF: 61 3181-0215 FALE CONOSCO: WWW.ASSINANTECARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez e Mauricio Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Maria Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murilo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Fabiola Vasconcelos, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Omilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano
SECRETÁRIA: Ingrid Sabino
CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VIDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AUXILIAR DE CIRCULAÇÃO: Júlia Maciel
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Lindberg Lima
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome da CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinado por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C113090

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Assinaturas, sugestões e reclamações
São Paulo: (11) 3512-9486
Rio de Janeiro: (21) 4062-7183
Belo Horizonte: (31) 4062-7183
Distrito Federal: (61) 3181-0215
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados
Fale Conosco: **www.assinantecartacapital.com.br**
Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

O ÚLTIMO IMPERADOR

São muitas as leituras sobre a saída americana do Afeganistão. No delírio de dominação pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA criaram três falsos mitos que ameaçavam à humanidade: o comunismo, o terrorismo e a corrupção. Bombardeiam, invadem, golpeiam as nações e suas instituições, para dominar e saquear suas riquezas, como em relação ao petróleo e ao minério do Brasil. No caso do Afeganistão, tem muita confusão, atacam o Taleban, mas sem explicar por que os EUA fugiram.
Antonio Negrão de Sá, Rio de Janeiro, RJ

JÚLIO E JANAÍNA

Elites financeiras e multidões de pobres sem qualquer consciência da própria situação sempre disseram isso – mas, com o bolsonarismo, esse pensamento atingiu escala industrial.
Carlinhos Fernandes

A desumanização é um legado da ditadura. A impunidade com os torturadores e os militares que lá estavam e ainda estão permitindo isso. A lavagem cerebral promovida pela disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), o ensino de moral e ética, finalizadas pela evangelização, também colaboram para gerar esse terreno fértil – ou melhor, infértil.
Gabriel Alves

"O PACTO É COM O POVO"

Excelente entrevista! A todo momento assistimos ao desmonte de direitos sociais e trabalhistas duramente adquiridos, com a cumplicidade de um Congresso pusilânime e oportunista. Se Michel Temer implementou a canalhice total e governou sob sua égide, ainda restou nesse cardápio algumas sobras de canalhice para o repasto de Bolsonaro e seu entorno civil e militar. O nosso País, governador, vai de mal a pior. E não afasto a possibilidade de um golpe de Estado para dar mais força a esse autocrata.
Elisabeto Ribeiro Gonçalves, Belo Horizonte, MG

"NÃO QUEREMOS O INCLUSIVISMO"

A declaração do ministro da Educação mostra duas coisas: total desconhecimento do que é o processo inclusivo e que ele não tem envergadura para o cargo. Conversa sem embasamento, ao estilo do governo de que faz parte.
Roberto Nunes

A Idade Média está de volta. Por que não pesquisa e conversa com professores? Eu tive uma criança PCD e a evolução dela, inclusa com toda a turma, foi excepcional. Além disso, há os valores que todos aprendem em sala de aula. Existe inclusão, sim! É 100%? Não, mas pode melhorar, e muito. É uma caminhada para aqueles que sempre foram negligenciados.
Ana Lúcia Toledo Travassos

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Boca maldita

Quanto mais Bolsonaro fala, mais difícil parece ficar a indicação de seu preferido André Mendonça para a cadeira vaga no STF. Em desafio aos princípios da laicidade e da independência entre os poderes, o mandatário disse que Mendonça assumiu dois compromissos. O primeiro é começar toda a reunião no plenário com uma oração. O segundo é almoçar com o presidente da República uma vez por semana. Nas mãos de Davi Alcolumbre e Rodrigo Pacheco, que evitam marcar sua sabatina no Senado, Mendonça, "terrivelmente evangélico", deve orar para Bolsonaro ficar de boca fechada.

CPI da Pandemia/ Acesso negado

Colegas bloqueiam o acesso de Flávio Bolsonaro a documentos sigilosos

Embora Flávio Bolsonaro seja figura rara nas sessões, sua movimentação nos bastidores como integrante oficial da CPI da Pandemia provoca reações na "tropa de choque" formada por senadores da oposição. Após o filho Zero Um solicitar acesso a documentos sigilosos, o presidente da comissão, Omar Aziz, determinou que eles só poderão ser acessados pelos próprios autores dos pedidos de informações em segredo de Justiça ou de dados referentes à quebra de sigilo dos investigados.

Entre os dados que não mais estarão ao alcance de Flávio incluem-se os documentos oriundos das quebras dos sigilos do deputado federal Ricardo Barros, líder do governo na Câmara, um dos articuladores da tentativa de compra da vacina indiana Covaxin, segundo as investigações da CPI. Zero Um ainda corre o risco de ser, ele mesmo, alvo da comissão, pois seu nome é citado nas investigações que apuram irregularidades cometidas em hospitais federais do Rio de Janeiro durante a pandemia.

Zero Um corre o risco de ser, ele mesmo, alvo da comissão

Investigação/ DINHEIRO SUJO

A PF INDICIA O EX-LÍDER DE BOLSONARO FLAGRADO COM CÉDULAS NA CUECA

O senador Chico Rodrigues diz estar deprimido com o escândalo

Protagonista de um dos episódios mais constrangedores da política nacional, o senador Chico Rodrigues, ex-líder do governo Bolsonaro, aquele que foi flagrado com dinheiro na cueca, acabou indiciado por desvio de recursos destinados ao combate à pandemia em Roraima. O relatório da Polícia Federal enviado ao Supremo Tribunal Federal aponta o parlamentar como autor dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e advocacia administrativa.

Rodrigues também é denunciado pelo crime de "embaraço à investigação de organização criminosa". Isso porque, durante a abordagem policial, o senador teria atuado, segundo os delegados responsáveis pelo inquérito, "de maneira subterrânea ao ocultar em seu corpo, em regiões íntimas, cédulas de dinheiro". O parlamentar, que disse sofrer de depressão após o ocorrido, tem ido a Brasília pedir o apoio dos colegas. Pelas costas é chamado de "Chico Cueca" por funcionários do Senado.

1º.9.21

EUA/ *Cría cuervos...*

Trump é vaiado por apoiadores após defender a vacinação em comício

O ex-presidente dos EUA Donald Trump foi vaiado em um comício no Alabama, após defender a vacina contra a Covid-19. O republicano acabou rechaçado pela horda antivacina que ele mesmo insuflou enquanto ocupava a Casa Branca. O estado possui a menor taxa de imunização do país: apenas 36%, enquanto a média nacional é de 53%.

O Alabama enfrenta verdadeira pandemia "de não vacinados", a lotar as unidades de terapia intensiva. Entre os mortos por Covid-19, 96% são cidadãos não imunizados. Ao sentir o peso da vaia, Trump recorreu ao discurso dos que "defendem as liberdades individuais", como se a vacinação produzisse impactos somente para o indivíduo, e não para a coletividade. "Vocês têm suas liberdades. Mas eu acabei tomando a vacina. Se não funcionar, vocês serão os primeiros a saber, ok?"

Para tentar incentivar a vacinação, cidades, estados e o governo federal promovem campanhas de incentivo, a incluir a distribuição de prêmios ou pagamento em espécie. As medidas surtiram pouco efeito. Convém lembrar que, no Alabama, conhecido como o "condado de Trump", o ex-presidente negacionista levou a melhor nas eleições de 2020.

Atrás do muro

A Polônia vai construir uma cerca de 2,5 metros de altura em sua fronteira com a Bielorrússia e dobrar o número de soldados no local, para evitar a entrada de imigrantes e refugiados. Para a União Europeia, o governo bielorrusso estaria impulsionando o fluxo de pessoas em retaliação às sanções do bloco contra o governo de Alexander Lukashenko, acusado de promover uma "guerra híbrida" com os estrangeiros em fuga para a Europa. Mais de 2 mil imigrantes, principalmente do Oriente Médio e do Afeganistão, entraram na Polônia só em julho deste ano.

Bolívia/ RELATOS DO CÁRCERE

OS APOIADORES DE ÁÑEZ AGORA SE PREOCUPAM COM OS DIREITOS HUMANOS

A ex-presidente boliviana Jeanine Áñez, alçada ao poder sem voto após o golpe contra Evo Morales em 2019, supostamente tentou cometer suicídio na prisão, onde cumpre pena por conspiração, sedição e terrorismo desde março. Ela também foi acusada pela Procuradoria-Geral da Bolívia por genocídio e outros crimes, devido à brutal repressão que resultou na morte de 20 cidadãos contrários ao seu "governo interino". Ao ser presa, policiais a encontraram escondida dentro de uma cama-box em sua casa.

"Lamento informar ao povo boliviano que a senhora Jeanine Áñez tentou infligir uma autolesão na madrugada de hoje", informou o ministro do Interior, Eduardo del Castillo. Segundo ele, a saúde da ex-presidente é estável e ela possui escoriações nos braços. Outrora indiferentes às denúncias de violações aos direitos humanos contra os apoiadores de Morales, militantes da oposição pediram à Justiça para tomar medidas visando "preservar a vida e as integridades física e psicológica" da detenta.

Líder do golpe que depôs Morales, ela provocou lesões em seu braço

CHIP DE SOMOVILLA/GETTY IMAGES/AFP, JORGE BERNAL/AFP, JANE DE ARAÚJO/AG. SENADO E EDILSON RODRIGUES/AG. SENADO

O ANTICRISTO

EIS A MAIS PRECISA DEFINIÇÃO DA PERSONALIDADE DO EX-CAPITÃO ELEITO PARA A PRESIDÊNCIA AO CABO DE UMA SÉRIE DE GOLPES

por MINO CARTA

Conta um caríssimo amigo, Celso Amorim, ter ouvido de Leonardo Boff a seguinte definição da natureza de Jair Bolsonaro: "Trata-se do anticristo". Talvez seja este o perfil mais convincente para qualificar o presidente brasileiro, eleito, como sabemos, ao cabo de uma série de golpes de Estado que reduziram o Brasil à situação atual. Que quer dizer anticristo? O destruidor de tudo aquilo que na vida faz sentido, da razão e de qualquer nobre sentimento, como a solidariedade e a compaixão.

Muito se disse e se escreveu a respeito do ex-capitão, na tentativa de explicá-lo, mas é do conhecimento até do mundo mineral que nada tem a ver com grandes vilões da história recente aos quais foi comparado, como Hitler e Mussolini. Ambos, obviamente, figuras deploráveis, cada qual a seu modo, mas explicáveis à luz dos eventos. Na origem de ambos os tratados de Versalhes, que, ao cabo da Primeira Guerra Mundial, estabeleceram os destinos das nações. A derrotada Alemanha mereceu o desprezo dos grandes da

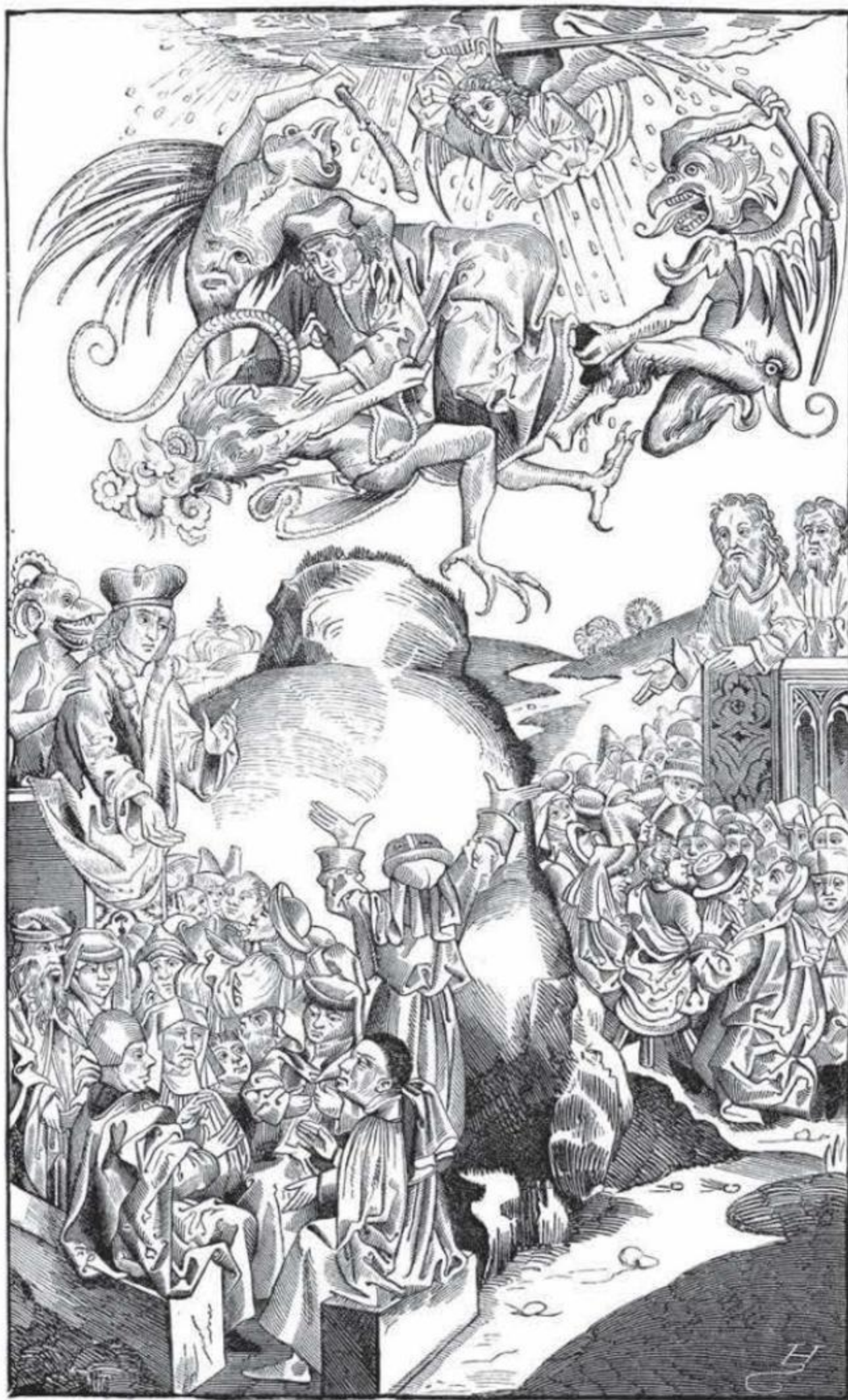
Leonardo Boff enxerga muito bem

Terra e a Itália, que lograra recuperar algumas regiões anteriormente perdidas, ficou escanteada, com certo desdém.

Sobraram, portanto, duas nações frustradas. A primeira já adiantada no caminho da industrialização, a segunda ainda atada a uma economia rural, necessitada de modernização. Bastaria ler alguns livros de história, e até assistir a filmes como o exemplar *A Marcha Sobre Roma*, obra-prima de Dino Risi, para entender as origens do fascismo, que atrasou a Itália em pelo menos 20 e poucos anos. O fascismo nasceu da aspiração de resgate da pequena burguesia, a viver o desapontamento de um país admitido na comunidade internacional, mas com muitas reservas.

O país teve a chance de se redimir depois da Segunda Guerra Mundial, que ensejou também uma revolução intestina, pela qual, selada a paz, atingiu-se finalmente a democracia. O primeiro capítulo da Constituição que passou a vigorar em abril de 1948 soletra: "A Itália é uma república democrática baseada no trabalho". Como é simples verificar, nenhuma destas situações evoca a mais pálida semelhança com o Brasil. Mussolini cavalgava insatisfações profundas e pretendia uma Itália emparelhada com as demais potências europeias. Hitler visava o domínio do mundo, meteu-se numa aventura napoleônica ao invadir a URSS e teve de amargar o mesmo destino trágico do próprio imperador francês.

O Brasil e seu atual presidente não se encaixam nestas conjunturas. Tan-

ISTOCKPHOTO E WILSON DIAS/ABR

O anticristo na versão da gravura do século XV

to a Alemanha quanto a Itália conseguiram, eventualmente a muito custo, atingir a contemporaneidade. Nós, em nosso canto, andamos vigorosamente no sentido oposto. Nada aqui é sinal de progresso. Tanto mais do ponto de vista político. Não é admissível, em um país democrático, que os poderes da República, que tão ardorosamente participaram dos golpes, continuem a funcionar normalmente como se nada tivesse ocorrido. O mesmo Congresso que em festa derrubou Dilma Rousseff, o mesmo Supremo Tribunal Federal, sentinela da Constituição, a permitir os desmandos clamorosos da Lava Jato. A condenação sem provas e a prisão de Lula também aí estão, intactos e empafiosos, como sempre.

A busca de uma solução haveria de passar, necessariamente, pela revisão do malfeito ao eliminar o resultado para devolver o País ao justo destino. Diga-se que esta objeção não faz parte das críticas de importantes figuras do mercado (*leia a reportagem a seguir*) ao desempenho presidencial. A presença de Bolsonaro nesta parada contradiz qualquer anseio democrático, bem como este lamentável, eterno fingimento da normalidade, que jamais correspondeu à verdade dos fatos, de sorte a confirmar a nossa medievalidade, a presença inesgotável da casa-grande e da senzala, a incapacidade das lideranças em nome de um lamentável faz de conta. Aos olhos do mundo, esta verdade exposta como uma chaga sem cura assume uma evidência prepotente.

No Brasil, o fanático do Apocalipse está especialmente à vontade. Pergunto-me em vão como é possível que os governadores o procurem em bloco para uma conversa, como se fosse possível trocar ideias com o anticristo. Podemos, isto sim, conjecturar a respeito das próximas artimanhas para evitar a sua saída do Planalto. Não temos dúvidas, está claro, que tal é a intenção do anticristo. Dia 7 de setembro, por exemplo, enseja a oportunidade de algum ato de força para assustar a nação e impor a vontade presidencial.

Do anticristo pode-se esperar qualquer vilania, arrogância, prepotência e tudo o mais para satisfazê-lo na sua sanha destrutiva. Nada neste país parece habilitado a retirá-lo da sua privilegiada poltrona. A bem do anticristo, a seguir pelo caminho oposto àquele apontado pela autêntica democracia, criamos as condições ideais para que o ser maléfico se abolete de vez no trono. Isso tudo leva à conclusão de que Bolsonaro, em primeiro lugar, é um produto genuinamente brasileiro, um rebento da terra, ela própria conformada com a desgraça e com a presença do anticristo. •

O FATOR "PIB" PESA NA ELEIÇÃO

A POUCO MAIS DE UM ANO DO PLEITO, A ECONOMIA DESENHA-SE DECISIVA NA CAMPANHA. INFLAÇÃO E DESEMPREGO CASTIGAM A POPULAÇÃO, ENQUANTO O PESSIMISMO CONTAGIA SETORES DO "MERCADO", QUE DESEMBARCAM DE BOLSONARO E JÁ VEEM LULA FAVORITO (E TAMBÉM ISSO PREOCUPA)

por ANDRÉ BARROCAL

A História ensina que agosto pode ser dramático para presidentes brasileiros. O suicídio de Getúlio Vargas (1954), a renúncia de Jânio Quadros (1961), o acidente fatal de Juscelino Kubitschek (1976, ele não era mais mandatário), as manifestações das camisetas pretas contra Fernando Collor (1992) e o capítulo final do *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) são acontecimentos do oitavo mês. Com Jair Bolsonaro, agosto também é um capítulo à parte. Não por causa da patetice intimidatória de tanques nas ruas. Esse capítulo é escrito com números, é protagonizado pela Avenida Faria Lima, em São Paulo, nossa Wall Street, e expõe, no fim das contas, o que importa: uma população castigada por desemprego, inflação, pobreza e fome, realidade que nada indica possa mudar até a eleição.

Se na campanha de 2018 o tal "mercado" bolsonarizou, agora há rachaduras no bloco, com setores a desembarcar do governismo. Os sinais acumularam-se em agosto. Pessimismo crescente com a economia, piora nas previsões do PIB de 2022, a indicar resultado medíocre, na casa de 1%, dólar e juros altos, Bolsa que vai, mas não vai, azedume com o ministro Paulo Guedes, declarações de figuras representativas. A desilusão alimenta o desejo dessa turma de achar um nome da "terceira via", aquela que não tem voto. Sim, pois, se Bolsonaro assume cada vez mais as feições e os comportamentos do anticristo, Lula, o principal rival, desperta má vontade no sistema financeiro, apesar do favoritismo a um ano da campanha.

"As chances de um candidato de terceira via chegar ao segundo turno em 2022 aumentaram, mas permanecem baixas (20%). A eleição do próximo ano provavelmente será uma disputa acirrada entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas Lula agora tem uma ligeira vantagem", diz um relatório de 18 de agosto da Eurasia, consultoria global que faz análises para ricaços, grandes empresas e fundos. A situação do ex-capitão, escreveu o chefe da Eurasia no Brasil, Christopher Garman, talvez melhore um pouco, mas a inflação alta e uma recuperação econômica fraca sugerem que os fatos positivos ao menos para ele parecem menores do que há um mês apenas.

"A percepção do 'mercado' sobre o presidente deteriorou-se muito rapidamente. Existe na Faria Lima, hoje em dia, a convicção de que Bolsonaro não tem habilidade política que melhore o preço dos ativos (bolsa, dólar e juros)", afirma André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos. A expectativa sobre a economia até há um tempo, comenta, era favorável ao ex-capitão. O PIB do primeiro trimestre surpreendera (1,2%), a inflação parecia que cairia ao longo do ano, a vacinação avançava, o governo teria espaço fiscal para gastar. Esse cenário se frustrou, diante do (*palavras de Guedes*) "meteoro" dos precatórios, das pressões inflacionárias que levam o Banco Central a subir o juro, de um mercado de trabalho que não reage, de um presidente brigão.

Precatórios são dívidas que o governo tem de pagar por ordem judicial. Guedes descobriu que a fatura em 2022 será de 89 bilhões de reais, 34 bilhões acima da de 2021. Propôs ao Congresso parcelar em dez anos papagaios superiores a 66 milhões. Conseguirá aprovar? E se o fizer, a despesa ficará dentro ou fora do teto de gastos? É o que o "mercado" quer saber.

Segundo Perfeito, o fim do apoio de setores financeiros ao governo reflete-se em elevação dos juros de médio e longo prazo (atingiram dois dígitos), em dólar mais caro, na queda da Bolsa. O que a turma do "desembarque" não ousa dizer claramente é que está insatisfeita com o baixo crescimento, ressalta Perfeito. Talvez porque teriam de fazer um *mea-culpa*. O plano Guedes, diz o economista, é ortodoxo: tem medidas a favor da oferta, não do consumo, e demora para produzir efeitos. Sem estes, Bolsonaro vê o capital político cair. O plano foi apoiado pelo mesmo "mercado" que agora cobra resultados. "A direita está com um problema: esse ajuste ortodoxo não cola mais, não há quem queira comprá-lo na política", afirma Perfeito.

EM 2018, O MERCADO BOLSONARIZOU. SURGEM AGORA RACHADURAS NO BLOCO

Exemplo de desembarque é Afonso Celso Pastore, presidente do Banco Central na ditadura. Ao *Estadão* de 19 de agosto, ele afirmou que "a euforia foi embora". Outro exemplo é Zeina Latif, ex-economista-chefe da XP Investimentos. Para ela, o "governo é fraco", o PIB potencial não passa de 1% e o preço dos ativos (*dólar, Bolsa e juros*) vai piorar. Mais um: Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, consultoria de José Roberto Mendonça de Barros, ex-colaborador do governo FHC. Na *Folha* do dia 19, disse que o governo Bolsonaro de certa forma é "pior que o da ex-presidente Dilma Rousseff", pois as dificuldades econômicas são similares "só que com riscos institucionais que não existiam". Em relatório a clientes em 13 de agosto, a MB rebaixou de 2% para 1,5% a previsão de PIB em 2022, a apontar causas econômicas e políticas.

Também em recente relatório, o Itaú cortou de 1,8% para 1,4% a estimativa de expansão do PIB em 2022. Um dos donos do Itaú, Roberto Setubal, foi um dos signatários de um manifesto de 5 de agosto contra os arroubos de Bolsonaro. É um documento significativo, anota um analista político do "mercado", profissional que em 2018 viu surgir a onda pró-Bolsonaro no sistema financeiro e que, hoje, diz

MATEUS BONOMI/AGIF/AFP

Lula em campanha no Nordeste encontra Tarso Jereissati. João Doria, com a tropa da PM paulista

ser "flagrante" a antipatia pelo presidente. Um vento que começou a mudar com a derrota de Donald Trump nos Estados Unidos e do ex-capitão nas eleições municipais, ambas em novembro de 2020, e com a troca na marra no comando da Petrobras, em fevereiro.

Segundo esse analista, investidores estrangeiros sempre desconfiaram de Bolsonaro e constantemente queriam saber sobre chances de *impeachment*, de terceira via, de Lula. Agora, os nacionais fazem o mesmo tipo de pergunta. É digno de nota, comenta, que alguns "tubarões", como são conhecidos os patrões dos operadores de "mercado", tenham assinado o manifesto. E cita dois nomes tidos até pouco como bolsonaristas: José Olympio Pereira, CEO do Credit Suisse, e Luis Stuhlberger, CEO do Fundo Verde. "Eu já ouvi de gente importante que, entre Bolsonaro e Lula, vai votar no Lula", diz o analista. Outro analista político do "mercado" afirma que a imagem internacional do País e nossa política ambiental atordoam os donos de bancos.

O bolsonarismo resiste, porém, em alas do "mercado". Uma recente pesquisa encomendada pela XP sobre a eleição causou rebuliço na contratante e sua clientela. O instituto Ipespe, de Pernambuco, faz levantamentos mensais para a XP, desde o início do governo Bolsonaro. Naquele divulgado em 17 de agosto, cresceu a dianteira de Lula. No primeiro turno, ele pulou de 38% para 40% e o ex-capitão encolheu de 26% para 24%. Em um segundo turno, a vantagem de 14 pontos avançou a 19 (51% a 32%). Clientes da XP revoltaram-se com os números. Uns chamaram a empresa de "petista", outros ameaçaram tirar a grana da companhia. Um funcionário contou a *CartaCapital* que o tema foi levado à diretoria, onde a ala bolsonarista também espumava. Houve quem tivesse questionado se era necessário fazer o levantamento. Bronca à parte, ficou por isso mesmo. Por ora, ao menos.

SEGUNDO SÉRGIO VALE, ECONOMISTA-CHEFE DA CONSULTORIA MB ASSOCIADOS, O GOVERNO BOLSONARO É PIOR DO QUE O DE DILMA ROUSSEFF

O levantamento mostrou o brasileiro aborrecido com "inflação e custo de vida". O tema dobrou de tamanho na lista dos principais problemas apontados. Ocupa o quarto lugar, atrás de saúde, corrupção e educação, e empatado com desemprego. Os preços castigam o povão. A primeira prévia da inflação de agosto, o IPCA-15, ficou em 0,89%, informou o IBGE na quarta-feira 25, pior índice para o mês desde 2002. Em um ano até julho, acumulava 8,9%, sendo de 39% na gasolina, 34% na carne, 29% no botijão de gás, 20% na conta de luz. Sobre esta, Guedes comentou na quarta-feira 25: "Qual o problema de ficar um pouco mais cara?" E quanto mais pobre o brasileiro, mais aguda a situação. Para aqueles de renda muito baixa, a inflação foi de 10% em 12 meses até julho.

Os preços forçam o Banco Central a subir o juro básico, a Selic. Passou de 2% em março para 5,25% agora. Quanto mais ju-

ro, menos PIB. Bolsonaro estaria uma fera com o chefe do BC, Roberto Campos Neto. Segundo a Associeted Press, em um voo de Cuiabá a Brasília, em 19 de agosto, teria dito arrepender-se de assinar a lei de autonomia do BC. Campos Neto possui mandato e não pode ser tirado. Naquele dia, comentara no Conselho das Américas que o "ruído" institucional (ou seja, as brigas de Bolsonaro e suas ameaças ditatoriais) atrapalham a inflação e a economia. Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil, negou haver estresse entre Bolsonaro e o BC.

Campos Neto seria bem-visto por Lula, disse recentemente um petista a um pessoal do "mercado". Será? Se o ex-presidente voltar ao poder, terá de conviver com o economista no BC por dois anos, em razão da lei da autonomia. Lula, diz um analista político do "mercado", deveria estabelecer um canal com o sistema financeiro, para que o "risco Bolsonaro" não seja vendido como "risco Lula" em 2022. Bolsonaro, afirmou recentemente o ex-ministro Delfim Netto, é pior do que Lula para o "mercado". O petista recebe informes semanais sobre economia, de pessoas ligadas ao PT. Segundo um amigo, o ex-presidente estaria incomodado com o apego fiscalista do ex-ministro Aloizio Mercadante, que comanda a fundação de estudos do PT, e de alguns outros economistas, daí estar em busca de vozes diferentes.

Nos últimos dias, Lula *tuitou* muito sobre economia: "Às vezes fico lembrando de quando era presidente e o Brasil caminhava para se tornar a sexta economia do mundo"; "A gasolina e o gás de cozinha estão virando itens de luxo"; "Hoje temos 19 milhões de brasileiros passando fome e outros 24 milhões em situação de insegurança alimentar"; "Meu lema agora é: colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda". Detalhe: Guedes tentou botar o rico no IR, com a proposta de taxar lucros e dividendos pagos a sócios de empresas, e essa é uma das razões para a bronca de setores

RICARDO STUCKERT E GOVSP

O BRASILEIRO SEM EMPREGO...

14,6% era o desemprego em maio, dado mais recente
14,8 milhões de pessoas estavam nessa situação
14,7% tinha sido a taxa em março e abril, um recorde
11,6% era o índice quando Jair Bolsonaro assumiu
5,7 milhões desistiram de procurar vaga: desalento
4,7 milhões eram os desalentados no início do governo

Fonte: IBGE

... COM A RENDA CORROÍDA...

0,96% foi a inflação de julho, o pior julho desde 2002

4,76% é o acumulado em sete meses.
Meta do ano de 2021, com tolerância: **5,25%**

34% subiu o etanol, **27%** a gasolina,
20% o botijão de gás, **12%** o frango em pedaços, **9%** a luz

8,99% foi a alta acumulada em 12 meses até julho

57% aumentou o etanol, **42%** o tomate,
39% a gasolina, **34%** a carne, **29%** o botijão de gás,
20% o frango, **20%** a luz

Fonte: IBGE

... E AINDA MAIS PARA QUEM TEM MENOS

10% é a inflação em 12 meses no grupo de renda "muito baixa"
9,8% é a da renda "baixa"
9,5% é a da renda "média baixa"
8,7% é a da renda "média"
7,8% é a da renda "média alta"
7,1% é a da renda "alta"

Fonte: Ipea

A fila do desemprego aumenta constantemente. Para Mantega, ex-ministro de Lula, "ao Brasil falta motor"

do "mercado" com ele, salienta um observador. A proposta emperrou na Câmara.

O ex-presidente acaba de completar uma caravana por seis dos nove estados do Nordeste. No Ceará, reuniu-se com o senador Tasso Jereissatti, do PSDB, pré-candidato nas prévias tucanas marcadas para novembro. No ninho, quem mais se empenha por ser o nome da terceira via e hoje parece em vantagem é João Doria Jr., governador de São Paulo. Em 18 de agosto, Doria foi até FHC e arrancou apoio do ex-presidente. Dois dias depois, encorpou o secretariado com o deputado e ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia. Expulso do DEM, Maia flertava com a oposição progressista e com Lula até há pouco tempo.

Na segunda-feira 23, Doria demitiu um coronel da PM que chefiava 5 mil homens no interior do estado. Aleksander Lacerda havia estimulado colegas fardados, via redes sociais, para participarem do protesto bolsonarista de 7 de setembro. A exoneração era para desencorajar outros PMs paulistas da ativa a aderirem à manifestação, da qual o presidente parece esperar balbúrdia que justifique um golpe. Em uma reunião virtual de 24 governadores na segunda-feira 23, Doria comentou ser preciso ficar alerta contra a infiltração bolsonarista nas PMs. E, de fato, há registro de que policiais de outros estados se mobilizam pelo presidente.

No mesmo dia, Doria disse ao programa *Roda Viva* ter votado em Bolsonaro em 2018 por antipetismo, reafirmado por ele na entrevista, e por querer uma economia liberal e o enxugamento da máquina pública, mas que o ex-capitão não segue a cartilha ortodoxa. O resultado econômico do governo até aqui, *tuitou* o governador, é "inflação nas alturas, disparada do desemprego, aumento no preço dos alimentos e combustíveis, crescimento da miséria, desconfiança internacional e irresponsabilidade fiscal".

SEGUNDO O IPESP, LULA CRESCE NAS PESQUISAS DE 38% PARA 40% E LEVA NO SEGUNDO TURNO POR 51% A 32%

"O panorama econômico será desfavorável a Bolsonaro na eleição. O PIB está fraco e vai piorar daqui até lá", afirma Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda de Lula e Dilma. Para ele, falta motor ao Brasil. Por uma opção política neoliberal, o governo não investe. Como a inflação está alta, o Banco Central sobe o juro, rota que será sentida com mais força em 2022, devido à demora de uns seis meses para o aumento da Selic chegar na ponta. Resultado: o setor privado não tem estímulo para investir, é mais fácil aplicar a grana em títulos públicos.

O mercado consumidor também não ajuda, prossegue ele, pois 68% das famílias estão endividadas, 30% da renda delas está comprometida com dívidas e juros. A inflação corrói o poder de compra de quem tem emprego e renda. E muitos não têm: há 14,8 milhões sem emprego

e 5,7 milhões no desalento, que é quando se desiste de buscar vaga por ser inútil. O desemprego foi recorde em março e abril, 14,7%, e recuou quase nada em maio, 14,6%, segundo o IBGE. Em uma lista de 40 países preparada pela *The Economist*, diz o ex-ministro, o Brasil tem a quinta maior taxa. Para 2021, o Itaú prevê 13% e para 2022, 12%, nas alturas. Quando Bolsonaro assumiu, era de 11,6%. Com a interrupção do auxílio emergencial pago na pandemia, a pobreza atingiu 29,5% da população no primeiro trimestre, conforme o economista Daniel Duque, da FGV. Acima dos 25,2% do início do governo, em 2019.

São fatores já postos em cena. A previsão do "mercado" de crescimento este ano, de 5,2%, se confirmada, vai repor a retração de 4,1% de 2020, causada pela pandemia, e agregar só 1 ponto porcentual ao PIB. Para 2022, Mantega vê um quadro parecido, com outros complicadores. No *front* externo, a desaceleração de China, Estados Unidos e Europa, o que vai segurar o preço das *commodities* que geram divisas ao Brasil. Nos EUA, o BC está prestes a retirar incentivos econômicos e a subir juros, o que atrairá capital investido aqui, ou seja, o dólar encarecerá. No plano interno, há risco de faltar energia, em razão da seca. Na segunda-feira 23, o governo anunciou metas de redução do consumo por empresas, um racionamento disfarçado. E há o flerte do presidente com o autoritarismo, o que assusta parte da elite local e afugenta estrangeiros.

"O Guedes reclama que a antecipação da campanha prejudica a economia, mas quem antecipou foi o Bolsonaro. Governar ele não governa, mas está em campanha desde 2018", afirma Mantega. O ex-capitão, diz, terminará o mandato com média de crescimento na casa de 1%. "É resultado de uma política econômica neoliberal primitiva, dos anos 1980." Para Mantega, a fórmula para sair do atoleiro é mais gasto público e uso das estatais. Ou seja, o contrário da agenda Guedes.

O ministro tem reclamado do "pessimismo", garante que o País vai surpreender, que a inflação entre 7% e 8% está "dentro do jogo". E o chefe dele? Em um evento da Assembleia de Deus no Pará, em 19 de agosto, Bolsonaro apelou aos céus: "O povo tem sofrido com isso, tem inflação, tem desemprego, têm dias realmente angustiantes. O que eu posso dizer aos senhores é que, com fé, com vontade, com crença, nós podemos superar esses obstáculos".

Com a economia capenga, o ex-capitão aposta na ampliação do Bolsa Família, para atrair o voto dos mais carentes. Como diz um analista político que trabalha para o "mercado", "quem sente o PIB crescer este ano é o rico, o pobre não sente, esse está lascado com a inflação". O novo valor será decidido na votação do Orçamento de 2022, que o governo tem até 31 de agosto para enviar ao Congresso. Fala-se em 50% acima do valor médio atual, de 189 reais, ou seja, uns 300 reais. Certo é que Bolsonaro quer matar a marca Bolsa Família e substituí-la por "Auxílio Brasil". Certo também é que o "mercado" aguarda para ver se a despesa extra, de uns 18 bilhões anuais, ficará dentro ou fora do teto de gastos. Se fora, o humor fiscal azedará mais.

O incremento terá efeito eleitoral? Uma pesquisa qualitativa, feita em abril e maio por encomenda da XP com eleitores que não são nem Lula nem Bolsonaro, mostrou que o ex-capitão é visto como alguém sem empatia. É uma pista de que não será fácil tirar proveito político do aumento. Outra pista, também via XP: quando o auxílio emergencial foi reduzido de 600 para 300 reais, em agosto de 2020, as pessoas se revoltaram com Bolsonaro. Em 2021, o valor varia de 150 a 375 reais, começou em abril e vai até outubro. Atende 40 milhões de pessoas. No ano passado, beneficiava 65 milhões. Diante da enrascada presidencial, um analista do "mercado" não descarta que o *establishment* tente tirar Bolsonaro das urnas no ano que vem. Será? •

A PESQUISA PAGA PELO "MERCADO" ENFURECEU O ANTICRISTO

Levantamento do instituto Ipespe para a XP Investimentos, feito entre 11 e 14 de agosto

VOTO ESPONTÂNEO

Lula sobe de *25%* em julho para *28%*.

Bolsonaro segue em *22%*

VOTO ESTIMULADO - 1º TURNO

Lula cresce de *38%* para *40%*

Bolsonaro cai de *26%* para *24%*

SIMULAÇÃO DE 2º TURNO

Lula avança de *49%* para *51%*

Bolsonaro recua de *35%* para *32%*

REJEIÇÃO

Bolsonaro tem *61%*

Lula tem *45%*

SUAMY BEYDOUM/AGIF/AFP

DE VOLTA AO VELHO BRASIL

O MERCADO SURFA NA INCOMPETÊNCIA E NO OPORTUNISMO ELEITORAL DO GOVERNO E RESTABELECE O ANTIGO RENTISMO, A LUCRAR COM ALTAS TAXAS DE JURO

por CARLOS DRUMMOND

O governo errou feio diante dos vários choques dos preços das *commodities* e do câmbio, violou as próprias regras fiscais para criar bondades pró-reeleição de Bolsonaro, criou um clima ruim e o mercado financeiro foi rápido. Surfou nos deslizes e puxou os juros de longo prazo para taxas de dois dígitos, o que não se via desde o auge do medo da pandemia, em março do ano passado, quando chegaram a 10%. A elevação dos juros, que é generalizada, pegou carona também no temor global de que, mais cedo ou mais tarde, os Estados Unidos retirarão os estímulos fiscais e voltarão a aumentar as taxas diante de uma recuperação da economia em andamento e isso, como sempre, afetará o resto do mundo.

A incompetência governamental e seu aproveitamento pelo mercado financeiro, concluem vários analistas, empurraram a economia brasileira ainda mais para trás, rumo ao velho rentismo, no qual, ao contrário da situação vivida até pouco tempo atrás, o ganho não vem da valorização do montante aplicado a uma taxa de juros baixa, mas do recebimento dos próprios juros. As taxas foram impelidas para o alto por uma combinação de situações que inclui queda de investimentos no País, debandada de multinacionais, disparada dos preços de alimentos e combustíveis, aumento da reprovação do governo, degradação socioeconômica, risco jurídico ascendente, conturbação político-institucional, devastação recorde da Amazônia, aumento do risco de apagão e da falta de água, saco de bondades eleitorais e, em grande medida, a oportunidade de o mercado financeiro realizar, nesse contexto, lucros estratosféricos.

CONSTRÓI-SE UM ROTEIRO TRÁGICO EM DIREÇÃO AO PIOR DOS MUNDOS

"Em poucas semanas, a taxa de juros de dez anos, associada ao risco Brasil, explodiu. Na quinta-feira 19, a NTN-f com vencimento em 2031, com prazo de dez anos, beliscou 11% ao ano. Fazia muito tempo que isso não acontecia", aponta o economista Gabriel Galípolo. A taxa de juros longa subindo, diz, é uma perspectiva do mercado de que amanhã o futuro estará pior e o governo terá de subir mais os juros, ou pagar juros mais altos para se financiar.

O efeito para o Brasil é funesto, segundo a análise do economista José Carlos Braga, professor do Instituto de Economia da Unicamp. "O que nós estamos assistindo nos últimos tempos é a construção, agora também com a explosão dos juros, de um roteiro trágico em direção

A escalada nas bombas de combustíveis é fruto da política de reajuste automático dos preços com base nos valores praticados no exterior

RENATO LUIZ FERREIRA E SUAMY BEYDOUN/AGIF/AFP

ao pior dos mundos, que é a combinação da estagnação com inflação e alto desemprego." Essa combinação, acrescenta, foi vista no passado em países desenvolvidos. "Em países periféricos e também subdesenvolvidos como o Brasil continua a ser. Essa combinação implica aumento da miséria, da pobreza e provoca uma elevação grave de concentração de renda e de riqueza e de regressão estrutural, como nós estamos vendo." Já não é uma questão, sublinha, do processo de desindustrialização, mas de regressão em vários níveis, na sociabilidade, no desmanche das políticas públicas, nas áreas da saúde e da educação. "Esse movimento agora acelerado em relação aos juros é um sintoma gravíssimo disso", chama atenção Braga. Impávida diante dessa degradação profunda, acrescente-se, a mídia não hesita em alardear que a elevação do valor do Bolsa Família aumenta o risco Brasil.

Há ao menos duas interpretações para a escalada das taxas. A maior parte dos economistas do mercado atribui a elevação dos juros à deterioração do cenário fiscal, prevê que as reformas não passarão no Congresso, nem mesmo a tributária, e diz que o governo cria novos riscos nessa área com um pacote crescente de "bondades" destinadas a ajudar a campanha de reeleição de Bolsonaro, como a intenção de aumentar o Bolsa Família e os salários do funcionalismo, e, além disso, planeja adiar o pagamento de precatórios. Outro grupo leva em conta que a economia internacional está em processo de retomada a partir do aumento do gasto fiscal e de investimentos, exatamente o oposto do que se faz no Brasil. A leitura do chamado mercado é de que, com a retomada da economia no resto do mundo, os juros longos dos EUA subirão e, por arbitragem, os do Brasil terão de acompanhar.

No ano passado, chama atenção Galípolo, a ideia do BC e da turma do "sobe a Selic" foi antecipar a alta dos juros de curto prazo para tirar um pouco das altas previstas para o futuro e assim achatar ou "fletar" a curva. O que aconteceu foi a alta das taxas curtas e das longas também, com destaque para a magnitude dos interesses envolvidos. O exemplo mencionado, da NTN-f com vencimento em 2031, retrata uma escalada de ganhos. "Trata-se de um negócio absolutamente livre de risco, que paga juro semestral, tem liquidez diária. Quem compra 1 milhão de reais de um título que rende 11% ao ano, daqui a dez anos terá 2,84 milhões. É um valor absurdo", sublinha.

O GOVERNO INCLUI PROJEÇÕES FANTASIOSAS NO ORÇAMENTO

Não por acaso, um gestor profissional de ativos financeiros que se identifica nas redes sociais com o rótulo de "Faria Lima Elevator" esbanjou sarcasmo ao comemorar a condução desastrosa do governo e do BC aproveitada pelo mercado: "10% ao ano até 2031, estamos reconstruindo o Brasil!"

Ninguém aposta em um recuo da taxa de juros de longo prazo para um dígito no atual contexto. "Esse nível de dois dígitos foi atingido em março do ano passado, no auge do susto da pandemia, quando bateu 10%. Agora passou dos 10% e tende a ficar nesse patamar, porque o mercado tem seus números mágicos. Juros a 10% é como a Bolsa a 100 mil pontos", compara José Francisco Lima Gonçal-

MAURO VIEIRA/MINISTÉRIO DA CIDADANIA, BANCO CENTRAL DO BRASIL E ISTOCKPHOTO

O desemprego e a informalidade avançam. O governo fala em ajuste fiscal, mas as bondades eleitorais, como o aumento do Bolsa Família, vêm antes. O BC operou mal e deixou o mercado consolidar uma expectativa de inflação alta

ves, economista-chefe do Banco Fator.

A situação é complicada. "O governo tem de mandar para o Congresso até o fim do mês o projeto de orçamento, que prevê Selic média de 4,7%, inflação de 3,5%, câmbio de 5,1%, ou seja, premissas absolutamente fantasiosas. Isso se junta às questões do adiamento do pagamento dos precatórios, do reajuste do Bolsa Família e do aumento para o funcionalismo. O pessoal do mercado fica apavorado, eles acham que é o fim do mundo correr algum risco de rompimento do teto de gastos", chama atenção Gonçalves, que considera ser este "o primeiro teste indiscutível do teto, pois os bilhões do programa emergencial eram extrateto, e, quanto ao Bolsa Família, o pessoal fala que está tudo bem porque retiram ao menos parte dos recursos de outro lugar, há uma margem aí de 'me engana que eu gosto'".

"O que o pessoal que faz preço está pensando", sublinha Gonçalves, "é que o risco de Lula ser eleito é a base, cada vez mais. A economia piora, a inflação também, o desemprego aumenta e esse conjunto de preocupações significa, para o mercado, que a dívida pública fica mais arriscada. Se isso tem algum sentido ou não, é irrelevante, porque essa é a conta que se faz."

A gravidade da crise fiscal alegada por participantes do mercado para justificar tanto o terrorismo fiscal quanto os ganhos indecorosos é, entretanto, questionável. Um dos argumentos da política fiscal contracionista, repetido quase como um mantra, diz ser preciso cortar gastos para evitar que os juros explodam. No ano passado, a Selic estava, porém, em 2% em plena pandemia, com um déficit fiscal de 600 bilhões de reais. Este ano, projeções indicam que o déficit deve ser metade disso, mas a Selic caminha para 7%. O déficit corrente e a taxa de juros corrente mostram, neste caso, uma relação inversa, pois quanto maior o déficit, menor foi a taxa de juros.

A percepção de risco fiscal crescente, destaca Gonçalves, é essa conta que o mercado faz, na qual a perspectiva de geração de resultados primários menos deficitários, ou positivos, contribui para uma melhora na relação dívida-PIB. O problema é que isso está fora do cardápio. Não há como imaginar uma melhora nesses indicadores, mesmo porque a perspectiva de crescimento da economia só piora. Quando isso acontece, a situação fiscal também piora, porque a arrecadação diminui e há despesas que não podem ser cortadas. Além disso, nas últimas semanas, o pessoal do mercado começou a reconhecer que Guedes não tem nada de liberal, sua equipe não é competente e eles prometeram a lua. "Com o movimento para encurralar Bolsonaro havia a expectativa de que saísse ao menos a mudança do Imposto de Renda neste ano. Estamos no fim de agosto, é brincadeira achar que sai alguma coisa até dezembro. O pessoal conclui: não tem reforma, frustrou, e o or-

çamento é essa coisa horrorosa que está sendo discutida."

É importante distinguir os fatos do comportamento do mercado, chama atenção o economista Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Unicamp. "O choque de inflação, mesmo que se tenha de subir a taxa no curto prazo, se dissipa na frente. A economia não tem capacidade de crescer para sustentar inflação nesse patamar e não há evidência de que se está fazendo um déficit primário incompatível com a sustentação da dívida. Tem um tanto de *lobby* do mercado aí e barbeiragem do governo, que criou um clima ruim ao desrespeitar as regras fiscais e é claro que o mercado reagiu rápido e precificou. Isso não tem muito a ver com o que é certo, o que é errado, onde foi que começou, vai-se formando expectativas e agora vai ser difícil voltar atrás", dispara Carneiro.

Não se vislumbra até agora que a variável central do controle da dívida, que é o saldo primário, vá sair de controle. Ao contrário, o governo está com um grande crescimento de receita. O que ele pretende é aumentar a parte de despesa discricionária para fazer sua política, uma tentativa de mudar a composição do gasto. "O que o mercado fez foi comprar a ideia de que a dívida pública ia explodir e que a questão dos precatórios era uma forma inicial de calote, e precificou isso na subida da taxa longa." O BC, destaca Carneiro, operou mal, deixou o mercado consolidar uma expectativa de inflação alta e obriga-se a seguir isso definindo uma Selic alta. "Agora vai ser difícil desmontar esse negócio."

O MERCADO COMPROU A IDEIA DE QUE A DÍVIDA IRIA EXPLODIR E PRECIFICOU ISSO

No seu cálculo, o governo sabe que a economia ficará entre 1,5% e 2% no próximo ano e, se não turbinar os gastos públicos, não terá apoio na eleição. Com esse jogo, transformaram o orçamento numa coisa fisiológica. O que o ministro Paulo Guedes e Bolsonaro simplesmente estão dizendo é que esse negócio de regra fiscal é bom, mas a eleição vem primeiro.

O Brasil, em processo de regressão acelerada, não tem mais a ver, ao que parece, com o que está acontecendo com a economia concreta no resto do mundo. "Desde 2015, o PIB do País descolou do crescimento do PIB mundial, um resultado da política fiscal restritiva que o Brasil adotou desde então, acrescida dos efeitos da Lava Jato, que acabou punindo as empresas do setor de construção em vez dos contraventores", destaca a economista Julia Braga, professora da UFRJ.

Na avaliação de numerosos economistas, os choques de preços na retomada deixam claro que o mercado funcionou mal, porque teria de haver planejamento, por exemplo, com o uso de estoques reguladores no caso das *commodities*. Outro ponto importante é que, na atual articulação financeira, choques de câmbio ocorrem um atrás do outro. Além disso, é importante lembrar que, tanto no caso da energia elétrica quanto no dos derivados de petróleo, os preços foram impelidos para o alto por políticas estabelecidas pelo próprio governo.

A recuperação da destruição operada não será fácil. "Com a fusão das formas de riqueza pelo capital financeiro, o poder de pressão dos donos da riqueza sobre o exercício da política econômica cresceu enormemente", chama atenção Braga. Elevar juros para combater a inflação, acrescente-se, não se justifica. "Agora mesmo estamos assistindo a isso. Porque não estamos com uma inflação, que eu saiba, que se possa chamar de demanda. Não é disso que se trata. Há choques de *commodities*, a própria incerteza que gira em torno do governo e que afeta o dólar vai também bater na inflação, portanto, não se justifica uma política de juros como esta, que, na verdade, vai nos levar ao pior dos mundos." •

SMS/PMPA

Aumentar os salários dos funcionários públicos faz parte do plano de reeleição de Bolsonaro

JOSÉ SÓCRATES

A guerra civil da direita

▶De um lado, Bolsonaro. De outro, a chamada terceira via e seu ajuste de contas

À procura de qualquer causa que anime seus seguidores, o presidente Bolsonaro decidiu pôr formalmente em causa a integridade do sistema eleitoral brasileiro. Os juízes eleitorais pediram provas de eventuais fraudes que justifiquem as mudanças. O presidente afirmou que não as possui, mas criticou a arrogância do juiz Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Os juízes do STF responderam assegurando que o ataque a um deles é um ataque a todos, à Corte por inteiro.

O presidente decide então ir por outro caminho e insiste na aprovação do voto impresso pelo Poder Legislativo. Os deputados da sua base de apoio emitem vários sinais de que a proposta de revisão constitucional não passará. O presidente passa então a outro nível de provocação, promovendo a passagem de tanques militares em frente ao Congresso. Os deputados respondem chumbando a proposta. Dias depois, o juiz Alexandre de Moraes manda prender um deputado que faz continuamente a apologia da violência política e que é alinhado com o presidente. O presidente responde pedindo ao Congresso o *impeachment* do juiz. Agora se fala em manifestações no dia 7 de setembro e em tumultos de oficiais da Polícia Militar. Eis a crônica das últimas três semanas da política brasileira: a guerra civil da direita. Bolsonaro de um lado, a terceira via do outro.

Nestas três semanas, o presidente uniu o mundo judiciário contra si. Nestas três semanas, o presidente rachou a sua base de apoio no Congresso. Nestas três semanas, o mundo financeiro, com seus economistas e seus empresários, decidiu entrar no jogo político publicando um manifesto, relembrando ao governo que as prioridades nacionais são o combate à pandemia e a recuperação econômica. Dizem também estar preocupados com a democracia e com o conflito institucional. Nestas três semanas, para quem se interessa pela política e olha para além da espuma dos dias, o que fica absolutamente evidente é que a direita procura uma alternativa à candidatura de Bolsonaro. A terceira via está em marcha.

E, no entanto, quanta ingenuidade. Salvo melhor análise, que não estou a ver qual possa ser, é meu profundo convencimento que a terceira via não existe pela simples razão de que não tem base social. A terceira via, se bem entendo o que a expressão significa, representa uma candidatura da direita democrática capaz de derrotar o presidente Bolsonaro no primeiro turno, para então disputar o segundo turno com a esquerda liderada por Lula. Acontece que a terceira via – a chamada direita democrática – não tem existência política porque se suicidou quando apoiou o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff. Foi a direita dita democrática que inspirou o golpe, que o apoiou e que abriu as portas do inferno. Como a história com frequência nos ensina, os golpes começam por devorar os seus autores. Já não existe Temer, nem FHC, nem Serra, nem Aécio. Sergio Moro surge agora como o medíocre personagem que nunca deixou de ser. João Doria arrasta-se no fundo das sondagens e Luciano Huck parece desaparecido sem combate. A terceira via é um jogo perdido.

A tragédia da democracia brasileira consiste na dúvida razoável sobre a convicção democrática da direita social brasileira. O *impeachment* de juízes, os tanques na rua e as ameaças explícitas de golpe são insultos à Constituição e ao espírito democrático. No entanto, o presidente goza ainda nas sondagens de um apoio à sua administração que não deixa outra alternativa que não seja a de friamente concluir o que é óbvio – a direita social no Brasil sente-se mais bem representada por Bolsonaro. Ela gosta de ouvir o presidente afirmar que o objetivo do governo deve ser fazer o Brasil *"semelhante ao que era 40, 50 anos atrás"*. A ditadura é, para ela, uma doce nostalgia. Tem horror à igualdade social e à igualdade de oportunidades. A universidade, como diz o ministro da Educação, *"deveria ser para poucos"*.

Enquanto isso, Lula parte ao encontro do povo. De coração limpo, presta de novo provas na política que nunca lhe ofereceu nada sem luta. No Nordeste, inicia a campanha para construir um novo projeto político capaz de unir o Brasil à volta da democracia e da justiça social. Com ele vem também a esperança de uma gestão inclusiva, de igualdade e de coesão social que favoreça todos, a economia, a democracia, o prestígio internacional do País. Tem do seu lado apenas a sua própria biografia – o fez uma vez e mantém a ambição de fazer ainda melhor. Não, a mudança política não virá da direita, nem de nenhuma terceira via. A direita está em guerra civil, ajustando contas com a sua própria história recente. A batalha pela democracia brasileira será travada pela esquerda. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

A MAGIA DA RIQUEZA

EM SUA CONCRETUDE, O DINHEIRO PERTURBA OS HOMENS EM SUAS CERTEZAS

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO E GABRIEL GALÍPOLO

Hans Christoph Binswinger, no magnífico livro *Dinheiro e Magia*, faz uma analogia entre os alquimistas e o poder de criação monetária: "Hoje, a alquimia é rejeitada como superstição. A ciência moderna mostrou finalmente, segundo nos dizem, que a fabricação do ouro é uma ilusão, motivo pelo qual ninguém mais deseja perder tempo com projetos tão abstrusos. Mas proponho um argumento diferente: as tentativas de produzir ouro artificial não foram abandonadas por serem inúteis, mas porque a alquimia, sob outra forma, mostrou-se tão bem-sucedida que a árdua produção de ouro no laboratório deixou de ser necessária... Não é mais vital para o objetivo da alquimia, no sentido de aumentar a riqueza, que o chumbo seja realmente transmutado em ouro. Será suficiente que uma substância sem valor algum se transforme em outra dotada de valor: papel, por exemplo, em dinheiro".

A relação débito-crédito é um exemplo, sem rival, da chamada abstração real, uma vez que todas as relações entre os agentes são transfiguradas em relações monetárias e patrimoniais. E sob essa roupagem passam a comandar os destinos das economias, das sociedades e dos humanos.

Um exemplo pedestre pode demonstrar como a ampliação da oferta de moeda se dá endogenamente, pelo funcionamento cotidiano do sistema financeiro.

Considere a compra de CDBs, títulos remunerados com juros, emitidos pelos bancos para captar dinheiro do público.

Ao captar recursos e realizar empréstimos, o banco oferta liquidez e poder de compra para quem deseja, por exemplo, empreender. Passa a existir na economia um novo ativo, patrimônio do empreendedor, que pagará sua dívida a partir da receita auferida por esse novo negócio.

> **CONSIDERAVA-SE QUE A USURA CONTRARIAVA A LEI NATURAL, POR VENDER O TEMPO COMUM A TODOS**

Esse novo ativo foi financiado com os recursos do banco, que ao conceder crédito não reduziu o patrimônio do comprador do CDB, mas apenas a migração para um ativo financeiro relativamente menos líquido, remunerado com juros (justamente por essa razão). Esse valor poderá se converter em bens, serviços, salários e outros, a depender das múltiplas vezes que sua expressão enquanto moeda circular.

Nesse período, o banco permanece com uma dívida perante o proprietário do CDB e um crédito com o dono da empresa devedora. O banco será remunerado ao cobrar do segundo uma taxa de juros superior à que pagará ao primeiro.

O banco, ao conceder o empréstimo, não apenas realocou recursos da poupança de um indivíduo para o investimento de outro, mas criou um poder aquisitivo adicional na economia. As instituições financeiras desempenham o papel de metabolizar a liquidez para o sistema econômico.

A alavancagem financeira consiste

ISTOCKPHOTO E BANCO CENTRAL DO BRASIL

em criar poder aquisitivo adicional sobre uma riqueza existente. Cria um desequilíbrio, um buraco no sistema que só será estabilizado pela confirmação das diversas apostas de quem renunciou temporariamente à forma líquida da riqueza, ou colocou a risco seu patrimônio, acreditando na possibilidade de sua valorização.

A renúncia à liquidez é uma ponte entre a riqueza velha e a geração de riqueza nova, apoiada na crença no outro, na confiança mútua. É um salto de fé no futuro desconhecido, sustentada por uma sucessão de apostas interdependentes.

O comprador do CDB dá crédito ao banco, no sentido de acreditar que a instituição terá capacidade de retornar seus recursos devidamente remunerados pelos juros. O banco concede crédito ao empreendedor por acreditar na viabilidade do negócio. O empreendedor aposta na demanda da comunidade.

Essa compreensão não é trivial, pois, além da própria multiplicação da riqueza lastreada no mesmo recurso que representa apenas uma fração dela, a ampliação do poder de compra e da liquidez depende, contra-intuitivamente, do desejo daqueles que a controlam de despendê-la.

Ainda durante o próprio processo de dispêndio, antes de as diversas apostas de credores e investidores se revelarem bem-sucedidas, ocorre um impacto positivo na renda e na estrutura da riqueza, decorrente do aumento do poder aquisitivo de diversos agentes, fruto da socialização da riqueza e, por outro lado, uma restrição na liquidez pela metamorfose da riqueza líquida em outras formas de ativos.

Há um impacto óbvio decorrente dos salários e despesas pagas pelo dono do restaurante. O que é gasto, na ótica do proprietário, vira receita e renda para empregados e fornecedores, que também terão seu poder aquisitivo ampliado.

No atual estágio de desenvolvimento do sistema financeiro, as expectativas de ganho com juros dos credores são gradativamente contabilizadas nos títulos que registram o empréstimo, mesmo antes da sua quitação total ou parcial.

Seja pela marcação do preço dos títulos de dívida que são negociados no mercado, trocando de mãos após sua emissão (mercado secundário), seja pela capitalização dos juros. Essas oscilações do valor do título de dívida provocam efeitos patrimoniais e na riqueza de seus detentores.

Os salários e as despesas pagos pelo empreendedor e os juros percebidos pelo banco e o investidor no CDB causam impacto na riqueza agregada.

Escreve o filósofo italiano Leo Essen em seu *site* Goku que os povos do Ocidente medieval, entre os séculos XII e XV, rejeitavam o negociante de dinheiro porque ele obtinha seu ganho hipotecando o tempo que pertence apenas a Deus.

William de Auxerre, em sua *Summa Dourada*, composta entre 1215 e 1220, diz que a usura age contra a lei natural universal, porque vende o tempo que é comum a todas as criaturas.

A criação de riqueza abstrata é uma aposta em um futuro que ainda não existe, cuja concretização depende das nossas próprias ações, não como indivíduos, mas como sociedade. A ideia de uma abstração concreta é inquietante para quem quer a certeza se algo "realmente" existe. Se as pessoas acreditam nela e agem de acordo com a sua existência, então mesmo uma ideia abstrata se faz presente na vida concreta.

Em sua concretude, o dinheiro perturba os homens em suas certezas e simplificações. Já disse alguém: "A natureza particular do dinheiro evidencia-se de novo na separação dos negócios do dinheiro das relações mercantis propriamente ditas. Vemos, portanto, como é imanente ao dinheiro realizar suas finalidades à medida que simultaneamente se empenha em negá-las; se autonomiza em relação às mercadorias; de meio, se torna fim; realizar o valor de troca das mercadorias ao se separar dele; facilitar a troca ao cindi-la; superar as dificuldades da troca imediata de mercadorias ao generalizá-las; autonomizar a troca em relação aos produtores na mesma medida em que os produtores se tornam dependentes da troca". •

No vácuo do MDB

PODER Com dez anos, o PSD tornou-se peça-chave no xadrez da governabilidade, mas não esconde o desejo de ocupar o Executivo

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Sonho de consumo da direita brasileira, o propalado candidato de terceira via capaz de quebrar a atual polarização política e fazer frente ao ex-presidente Lula na disputa contra Jair Bolsonaro ainda não despontou no cenário. Pré-candidatos testados nas pesquisas, a exemplo do governador paulista João Doria e do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, não demonstram ser verdadeiramente competitivos e essa realidade faz com que seus respectivos partidos – PSDB e DEM – estejam um tanto perdidos em acenos à esquerda ou à direita. O caso tucano é emblemático: enquanto nomes históricos como Fernando Henrique Cardoso e Tasso Jereissati conversam com Lula, metade da bancada na Câmara optou por dar apoio a Bolsonaro na votação da PEC do Voto Impresso. No DEM, o presidente nacional, ACM Neto, mantém de pé sólidas pontes com Bolsonaro, enquanto o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia bateu em retirada.

Neste cenário, a chamada "centro-direita", campo mal definido na política nacional, pode nas próximas eleições tomar uma nova forma, representada pelas figuras de um partido que completa dez anos de existência, o PSD, e seu criador e presidente, o ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab. Ambos têm ocupado com desenvoltura o espaço deixado pelos tradicionais DEM e PSDB e suas respectivas figuras públicas. Enquanto Kassab articula nos bastidores o ingresso do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ainda no DEM, para se tornar o candidato à Presidência da República pelo PSD em 2022, o partido vê suas fileiras – e possibilidades eleitorais – engrossarem com a chegada de nomes fortes como o ex-governador paulista Geraldo Alckmin e o atual prefeito do Rio, Eduardo Paes.

Kassab diz estar "cada dia mais convicto de que uma alternativa de centro é a melhor para o Brasil". A depender dos nomes colocados nas eleições, avalia, as chances de vitória no ano que vem podem crescer: "O brasileiro não quer extremos, mais um presidente que prometa exterminar adversários ou uma oposição que trabalhe para atrapalhar, dificultar o governo. Precisamos fazer uma mudança, uma transição para a ponderação, o equilíbrio e o diálogo".

Se o discurso de terceira via está pronto, resta confirmar quem irá personificá-lo. Kassab tem no presidente do Senado sua preferência: "Não posso falar em nome do Rodrigo Pacheco, mas afirmei publicamente que ele tem o convite do PSD e acredito que é o nome que preenche todos os requisitos para ser um ótimo pre-

HERIVELTO BATISTA/MCOM E ROQUE DE SÁ/AG. SENADO

Pacheco busca se descolar de Bolsonaro na presidência do Senado

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 36
Pantanal. O bioma volta a ser consumido pelas chamas em meio a grave crise hídrica

"Estou convicto de que a alternativa de centro é a melhor para o País", afirma Kassab

Kassab pretende lançar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, na disputa pelo Planalto

sidente", diz. Embora Pacheco não confirme que deixará o DEM, sua recente postura de maior altivez diante de Bolsonaro – em contraposição à obediência cega do presidente da Câmara, Arthur Lira, do PP – sinaliza a aproximação com setores mais ao centro do espectro político: "É alguém com talento para fazer política, firme em suas posições, coisa que o momento exige, e conciliador. Torço para que ele, no momento certo, aceite ser o nosso candidato".

Eleito com apoio de Bolsonaro, assim como Lira, Pacheco aos poucos faz do Senado um contraponto à Câmara em temas sensíveis ao governo. Age dessa forma, por exemplo, quando articula para que a volta das coligações eleitorais, aprovada pelos deputados, seja derrubada pelos senadores. O distanciamento ficou evidente também com a recusa de Pacheco em dar musculatura política ao pedido de *impeachment* contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Senado pelo Executivo.

"Tudo será analisado, mas não antevejo critérios jurídicos e políticos para que pedidos de *impeachment* de ministros do STF possam ir adiante", diz Pacheco, ressaltando que o mesmo raciocínio vale para os pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro. Sem criticar diretamente o presidente, o senador afirma que não vai se

"render a nenhuma investida para desunir o País" e prega o diálogo. "Gostaria muito que houvesse uma concertação para resolver os problemas do País", diz, com um pé no palanque.

Mesmo que não produzam os efeitos eleitorais desejados, os discursos de Pacheco e Kassab pavimentam o caminho político para que o PSD se torne um partido imprescindível para a governabilidade em um eventual governo Lula, ou até mesmo em um improvável segundo mandato de Bolsonaro. A semelhança com o papel político que foi desempenhado pelo PMDB – atual MDB – na sustentação política dos governos pós-ditadura não é mera coincidência.

"O PSD pode procurar voos maiores na política nacional para ocupar o lugar de um enfraquecido PSDB como líder de uma centro-direita brasileira. Por outro lado, ao buscar aproximar-se do partido no poder pelo loteamento de cargos públicos, pode colocar-se como o herdeiro do combalido MDB", analisa Marcelo Campello, doutor em Economia Política Internacional pela UFRJ e pós-doutor pelo Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa.

O cientista político afirma que o PSD vem se tornando uma espécie de força política estabilizadora para o exercício do presidencialismo de coalização nos últimos três mandatos presidenciais: "O partido deu sinais de que é crucial para a governabilidade do País, mesmo sem ter uma construção partidária ancorada no apoio das massas sociais".

Kassab evita, porém, as comparações. "Estou trabalhando, ao lado de dezenas de lideranças em todo o País, para mostrar que o PSD é um partido sério, de centro, com princípios e valores. Mostrar que temos compromisso com o Brasil, o seu desenvolvimento e o bem-estar da população", diz. Nas últimas eleições, o PSD apoiou o tucano Alckmin para presidente e liberou o voto de lideranças e mi-

SUAMY BEYDOUN/AGIF/AFP, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE/MG E PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Traído por Doria, Alckmin saiu do PSDB. Paes apoia a candidatura de Felipe Santa Cruz no Rio. Kalil é um poderoso trunfo em Minas Gerais

O PSD aposta no ex-governador **Geraldo Alckmin,** em São Paulo, e no presidente da OAB, **Felipe Santa Cruz,** no Rio de Janeiro

litantes, o que na prática beneficiou Bolsonaro. "Depois, o partido colocou-se como independente. No Congresso, a apreciação se dá a cada projeto, para que os parlamentares votem com suas convicções". Ou interesses, claro.

Além do espaço a ser ocupado na política federal, o ex-prefeito de São Paulo sabe que as próximas eleições trazem ao PSD boas chances de crescimento nos estados, se o partido se colocar contra o bolsonarismo. O presidente da CPI da Pandemia, senador Omar Aziz, por exemplo, tornou-se peça fundamental no xadrez da política no Amazonas. Em Minas Gerais, terra de Pacheco, o partido conta com o senador Antonio Anastasia e o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, dois candidatos em potencial para enfrentar o governador bolsonarista Romeu Zema, do Novo, em 2022.

A força do PSD aumentou consideravelmente no Sudeste com as recentes chegadas de Alckmin e Eduardo Paes. O primeiro, recém-saído do ninho tucano, apresenta-se como forte candidato ao governo de São Paulo na disputa com a esquerda, o bolsonarismo e o vice-governador Rodrigo Garcia, nome apoiado por Doria. No Rio, Paes tomou a linha de frente da pré-candidatura do presidente nacional da OAB, Felipe Santa Cruz, em uma tentativa de terceira via às candidaturas do governador Cláudio Castro, do PL, que terá o apoio de Bolsonaro, e de Marcelo Freixo, do PSB, que deverá unificar as legendas de esquerda.

Alckmin formalizará sua entrada no PSD nos próximos dias. A expectativa é de que leve com ele alguns prefeitos do PSDB, por isso o ex-governador ainda se mantém discreto, embora confirme que será candidato ao Palácio dos Bandeirantes. Por sua vez, Felipe Santa Cruz, que deixou o MDB e está sem partido, não confirma nem desmente as conversas com Paes e Kassab e a possível candidatura ao Palácio Guanabara: "Não tenho ainda qualquer projeto político. Até janeiro estou por conta da OAB e da defesa da democracia, mas fico honrado pela lembrança de meu nome", diz.

A chegada de outros nomes de peso nacional ao partido é um desdobramento natural, avalia Kassab. "O PSD tem atraído lideranças pelo trabalho que desenvolve, por sua estrutura e capilaridade. É um partido que não tem dono, que toma suas posições locais e nacionais consultando suas lideranças. Todos os nossos candidatos disputam eleições para ganhar", diz. Embora ainda não confirmada oficialmente, a entrada de Alckmin no partido é a grande aposta. "Ele tem o convite para ser o nosso candidato ao governo de São Paulo e, por sua experiência e grande capacidade administrativa, tem todas as condições de vencer as eleições."

O partido, conclui Kassab, trabalhará para ter candidaturas majoritárias próprias: "Não só para presidente, mas para governador na maioria dos estados. Mais do que contar com o partido para comandar, trabalhamos para que os candidatos do PSD sejam os governantes, efetivamente".

Para Marcelo Campello, o partido tem um longo caminho a trilhar: "Ainda que esteja buscando uma identidade política para além do velho estilo topa-tudo, tão característico dos partidos do "Centrão", o PSD carece de uma verdadeira capilaridade nacional e de maior clareza quanto à definição do seu espectro político-ideológico", diz o cientista político. •

MARCOS COIMBRA

A fissão do Executivo

▸ Há muito tempo até a eleição de 2022. Veremos se o sistema político resiste à contaminação que o derretimento de Bolsonaro vai causar

O sistema político brasileiro tende a um colapso profundo e rápido. O principal motivo para isso é a implosão do Poder Executivo, que já começou. A analogia que vem à mente é o derretimento do núcleo de reatores nucleares. Consiste em um processo, quase sempre resultante de erros humanos, de sobreaquecimento do reator, que conduz à liberação explosiva de material radioativo no meio ambiente e coloca em risco todas as formas de vida. No plano institucional, estamos no limiar de um fenômeno desse tipo. O perigo é real.

No desgoverno caótico do capitão Bolsonaro, o Poder Executivo está parando de funcionar ou não funciona mais. Ele não é apenas o pior presidente de todos os tempos, mas também o que menos trabalha, menos se dedica às suas obrigações. Faz tempo que sua agenda é subordinada a uma única obsessão: a busca da reeleição.

Não é a primeira vez que, no Brasil moderno, temos um chefe de governo que não sabe ou não consegue governar. Em razão de seus erros, Collor perdeu condições de governabilidade com pouco mais de dois anos de mandato. Dilma sofreu um golpe, no início do segundo, que impediu que governasse. Quanto a Sarney, Itamar e Temer, os três não receberam mandatos próprios e assumiram o governo por impedimento dos titulares, o que sempre limitou a sua autoridade.

O caso do capitão é pior. Nos anteriores, o sistema político conseguiu compensar, pelo menos em parte, a ausência da capacidade governativa pessoal do presidente. Em alguns casos, com sua colaboração: Sarney se apegou à "liturgia do cargo", Collor tentou um ministério de "notáveis" e Itamar logo promoveu a transição para um novo governo. Sem a sua ação, as crises que enfrentaram teriam sido piores.

Bolsonaro não tem as qualidades de seus antecessores e seu governo é feito com gente sem preparo e respeitabilidade. É impossível esperar dele um gesto de honra e grandeza. Sua equipe é de última categoria. Estão há dois anos e meio à frente do Executivo e não conseguiram fazer qualquer coisa em benefício da maioria.

Bolsonaro é o rosto de um governo responsável por uma catástrofe sanitária, com centenas de milhares de mortes evitáveis. É causador de uma crise na economia que produziu 15 milhões de desempregados, 6 milhões de desalentados e 33 milhões de pessoas subutilizadas. É culpado por um imenso retrocesso nas políticas ambientais, justo quando o mundo afunda em uma crise climática que pode ser terminal. Sob seu comando, a educação foi desorganizada, jogando fora décadas de avanços, e se transformou em séria ameaça ao futuro. E ele só quer saber de como se manter no poder, custe o que custar.

Não bastasse a omissão, seus vínculos com pequenas e grandes corrupções, sua preguiça e incompetência, o capitão não aceita as regras da vida civilizada. Ataca, agride, xinga, dá os piores exemplos, encoraja as pessoas ao desrespeito, à truculência e à violência. Vai perdendo o apoio dos que têm sentimentos normais e fica com o aplauso de uma parcela cada vez menor e mais desequilibrada. Perde autoridade e, sem ela, o poder presidencial passa a ser fundado somente na ameaça. Sem autoridade, o poder não passa de força.

Subordinado a alguém como Bolsonaro, o Poder Executivo não consegue funcionar adequadamente. Com seus desvios de personalidade, caráter e formação, o capitão promove a dissolução, de dentro para fora, do poder que nominalmente chefia. Seu desejo é fazer o mesmo com o Legislativo e o Judiciário. Se aceitarem a subordinação, venham de cabeça baixa. Se quiserem se vender, está disposto a pagar – usando, naturalmente, recursos da coletividade. Se não toparem por bem, que seja por mal: ameaça usar as Forças Armadas e bravateia que dispõe de um exército de policiais dispostos a tudo.

As elites brasileiras, com auxílio relevante de seus amigos no exterior, nos trouxeram até aqui e são responsáveis pelo que Bolsonaro é e ameaça se tornar. A coalizão golpista que permitiu o bolsonarismo está parcialmente desfeita, com a correção de rumo empreendida pelo Judiciário. Os governadores parecem dispostos a assumir o papel que deveriam ter em uma federação. Aqui e ali, a mídia corporativa tenta voltar a ser respeitável. Um pedaço grande do apoio social que o capitão teve em sua escalada foi perdido. Há muito tempo até a eleição do ano que vem. Vamos ver se o sistema político resiste à contaminação que o derretimento de Bolsonaro vai provocar. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

LÍDICE DA MATA

Estado em desconstrução

▸ É preciso ir além do "Viva o SUS" e defender o serviço público, ameaçado pela PEC da Reforma Administrativa

Uma frase curta, mas bastante significativa, tornou-se um mantra da maioria dos brasileiros, anônimos ou famosos, a partir do início da vacinação contra a Covid-19, no primeiro semestre deste ano. Trata-se do "Viva o SUS!" A cada picada da agulha que transporta o imunizante da seringa até o organismo daqueles que receberam suas doses de esperança, havia um grito, um cartaz e punhos cerrados em defesa do Sistema Único de Saúde.

Aplaudo o gesto, pois é para defender mesmo. No entanto, isso não pode se aplicar apenas na hora em que o SUS se converte, literalmente, na salvação das nossas vidas. Muito mais do que imaginamos e muito mais do que na crise sanitária do novo Coronavírus, esse sistema é responsável pelo atendimento de mais de 150 milhões de pessoas, o equivalente a 70% da população brasileira.

Todo esse potencial está sendo ameaçado agora por uma pequena sigla: a PEC 32, também conhecida como PEC da Reforma Administrativa, que está prestes a ser votada por deputados e senadores. O texto proposto pelo governo Bolsonaro visa desidratar e, em muitos casos, até mesmo extinguir o serviço público em determinadas áreas.

Entre as principais cerejas mofadas desse bolo indigesto, que é o texto da PEC 32, estão a retirada da estabilidade do servidor, a perda da transparência, o crescimento exponencial do número de indicações políticas, em detrimento dos funcionários de carreira e a facilitação para esquemas de corrupção, o que trará o sucateamento completo dos serviços que atendem a população, sobretudo os mais pobres, que são os que mais precisam. A turma do neoliberalismo, por sinal, contribui para isso há tempos, quando demoniza os servidores, numa falsa narrativa que questiona e ridiculariza, o tempo inteiro, a produtividade dos profissionais que atuam nos órgãos e empresas que fazem parte do Estado brasileiro.

Eles omitem diversos dados que podem jogar luz na realidade dos serviços públicos em nosso País. Além dos bons índices de produtividade, temos, porém, um contingente aquém do que pode realmente atender a nossa população. A taxa de funcionários de estatais e órgãos dos governos federal, estaduais, municipais, além de autarquias e entes como o Judiciário e o Ministério Público, não corresponde a 5% do total de habitantes no Brasil, quando o porcentual ideal seria em torno de 10%, como vemos em países desenvolvidos, como Alemanha, Espanha, Itália e Estados Unidos, dentre outros.

Tão criticados pelos defensores de sua privatização, os Correios, que têm uma imensa capilaridade, vinda de uma *expertise* acumulada em mais de 300 anos, hoje entregam documentos e encomendas em 100% do território nacional, ou seja, do Oiapoque ao Chuí. Agora, com a autorização de sua privatização, assistiremos ao triste filme do aumento do frete postal, sobretudo para as áreas mais remotas do Brasil, que, caso tenham sorte, utilizarão um serviço com preço mais elevado. Do contrário, seus moradores terão de se deslocar até outras cidades para obter acesso às suas correspondências. E não havia um motivo concreto para a venda dos Correios, pois a empresa registrou lucro líquido de 12 bilhões de reais e repassou 9 bilhões em dividendos nos últimos 20 anos.

O mesmo se ensaia com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, responsáveis pela interiorização das agências em todo o País. Antes mesmo de iniciar o processo de privatização, Bolsonaro e Paulo Guedes estudam fechar pelo menos 360 agências do BB.

Na Educação não será diferente, pois a tática de desidratar para vender ou extinguir também está presente nas universidades e institutos federais. Temos um governo que transforma em cinzas tudo o que toca. Mas vamos resistir, vamos lutar sempre contra o desmonte o Brasil, por mais investimento na pesquisa, na formação de educadores e no SUS que salva milhões de vidas todos os dias. •

lidice@lidice.com.br

BAPTISTÃO

Antes de tudo, esclarecido

ENTREVISTA O povo nordestino é politizado, tanto que "não seguiu a boiada" em 2018, lembra Ricardo Coutinho, de volta ao PT

A FABÍOLA MENDONÇA

O ex-governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, está de volta às suas origens. Depois de trocar o PT pelo PSB, partido pelo qual se elegeu prefeito de João Pessoa e governador do estado, ele está de malas prontas para retornar às hostes petistas. Em entrevista a *CartaCapital*, Coutinho fala sobre o caminho de volta, o desejo de ver o PSB no palanque de Lula em 2022 e defende uma frente ampla para derrotar o bolsonarismo, desde que ela seja formada por legendas compromissadas com uma agenda progressista. A íntegra da entrevista em vídeo está disponível em nosso canal do YouTube.

O retorno ao PT

As eleições de 2022 são as mais importantes da história republicana, é preciso que os setores ditos democráticos, progressistas, se unam. Essa não é uma eleição que a gente pode esperar os 45 minutos do segundo tempo para apoiar alguém. O centro democrático do Brasil chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, é por ele que as aspirações democráticas do nosso país se expressam. Então, passamos a dialogar mais uma vez com o PT e creio que isto é uma necessidade. Sou uma pessoa de construir histórias, não espero a história acontecer. É lamentável o ponto em que o Brasil chegou com Bolsonaro: a antipolítica, a antigestão, o radicalismo idiotizado que uma parcela da população comunga. O Brasil não aguenta mais quatro anos, e eu não digo nem de Bolsonaro, porque eu acho que ele está profundamente enfraquecido. Refiro-me ao bolsonarismo em seu conteúdo econômico e social. As forças políticas consequentes precisam ter essa clareza.

PT e PSB juntos em 2022

O PSB precisa afirmar um caminho onde caiba a história e o discurso do partido. Em 2014, cometemos um profundo erro, o de apoiar Aécio Neves no segundo turno das eleições. Não segui a orientação do partido e apoiei Dilma Rousseff. Depois, tivemos o *impeachment*, outro erro *(a executiva nacional da legenda apoiou o processo)*. É preciso que o PSB se reencontre com a sua história, com a construção de uma esquerda democrática, de um país soberano e popular. A minha intenção, o meu coração, a minha vontade, era de que nós estivéssemos construindo o processo e não esperando maio, junho, julho do próximo ano para dizer: "Nós vamos apoiar".

> O ex-governador da Paraíba não acredita nas ameaças golpistas de Bolsonaro. "No Nordeste, a gente sempre diz: cão que ladra não morde"

O voto nordestino

Enganam-se aqueles que acham que o povo nordestino, os milhões de brasileiros que aqui moram, são pessoas sem nenhum grau de politização. Na essência, é exatamente o inverso. Se você for fazer uma análise das eleições de 2018 e comparar com o restante do Brasil, vai ver que o voto mais politizado foi exatamente no Nordeste. Não é porque votou no Haddad, quase 70%, e sim porque o fosso social é mais profundo aqui. Se fosse verdade que essa população é despolitizada, o caminho mais natural seria apoiar a candidatura que todos apoiavam: o capital financeiro, os grandes empresários, os grandes meios de comunicação. Se essa população não fosse politizada, acompanharia essa boiada. Em vez disso, tivemos um voto esclarecido e também de gratidão. Eu não creio que o aumento do Bolsa Família, às vésperas de uma eleição, vá mudar a tendência. O Brasil perdeu com Bolsonaro em todos os sentidos: internacionalmente, hoje é um pária, e internamente, porque a economia tinha quebrado antes da pandemia.

A transição democrática

A grande questão do governo Lula, no meu entender, vai ser uma transição democrática, porque este país está despe-

"O PSB precisa se reencontrar com sua história", diz Coutinho

daçado. É preciso colocar as coisas nos seus lugares e, ao mesmo tempo, reconstituir aquilo que nós chamamos de tecido social. Nenhum governo vai conseguir governar o Brasil sem uma profunda sensibilidade social. A fome voltou, o desemprego está em 15%, fora os mais de 35% de trabalhadores uberizados, precarizados. Qual é o futuro que temos com esse tipo de política? E a turma ainda acha pouco e quer aprofundar o neoliberalismo, tentam vender tudo como se estivessem no Baile da Ilha Fiscal *(o último do Império, dias antes da Proclamação da República)*, naquela despedida em que eles sabem que perderão.

WANEZZA SOARES

Frente ampla

É preciso, primeiro, cuidar de uma coisa fundamental: o que vamos fazer? Se não deixarmos isso claro para a população, corremos o risco de um novo 2016, de um novo golpe. Os que pregam e lutam por mudanças só escapam de golpes se tiverem do seu lado um povo instruído.

A ameaça golpista

Não acredito em golpe, Bolsonaro está mais isolado que nunca. Por incrível que pareça, o Brasil chegou ao ponto de ter um presidente que não consegue falar sobre saúde, não consegue falar sobre balança comercial, não consegue falar sobre absolutamente nada, a não ser sobre golpe, ditadura, tortura, *fake news*, é um propulsor da desorganização de uma nação. Ele não tem qualificação de exercer o mais alto cargo de uma nação. Por outro lado, quando radicaliza nesse caminho, ele demonstra uma fraqueza enorme. No Nordeste, a gente sempre diz: cão que ladra não morde.

Falsas simetrias

Preocupo-me quando percebo representantes do empresariado, essas forças que ficam aí, fazendo a cabeça de bancos, falando: "Lula não". Ora, por que Lula não? Tentam colocar no mesmo nível Bolsonaro e Lula, e isso é um absurdo, do ponto de vista histórico chega a ser criminoso. Lula é um ser profundamente democrático. Você pode não gostar dele, não votar nele, mas não há como negar esse fato. A história de Bolsonaro é outra, ele sempre foi um inimigo da democracia. Os setores empresariais e acadêmicos precisam rejeitar isso. O Brasil não aguenta mais essa instabilidade.

Lama no projeto

MINAS GERAIS A prefeitura do Serro é alvo de ação civil pública por liberar exploração de jazida de forma irregular

POR ANA FLÁVIA GUSSEN

O faturamento da produção mineral no Brasil teve crescimento de 98% no primeiro semestre deste ano. Só em Minas Gerais as empresas do setor ganharam 61,5 bilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração. Enquanto o minério rende bilhões ao mercado, moradores próximos das 81 barragens classificadas como críticas pela Agência Nacional de Águas convivem com o medo de rompimento, aumento da violência e os impactos ambientais. De acordo com o Ibama, existem ainda 400 estruturas desativadas com algum risco de acidente.

Agora, a histórica cidade do Serro, localizada no Vale do Jequitinhonha, pode engrossar a lista dos municípios que viram seus casarões, ruas e praças serem tingidos com o tom alaranjado da poeira mineral. A primeira cidade tombada pelo Iphan em 1938 perdeu a paz desde que uma empresa colocou em curso o "Projeto Serro", que prevê a produção de 500 mil toneladas de minério de ferro ao ano com aportes de 85 milhões.

De acordo com laudos, o projeto apresentado pela Herculano Mineração vai causar impactos ambientais irreversíveis por colocar em risco a bacia do Rio do Peixe, principal fonte de abastecimento da região, podendo afetar diretamente o comércio do queijo artesanal, patrimônio imaterial de Minas Gerais, que usa a água para a sua produção. A exploração mineral também ameaça o patrimônio arquitetônico da cidade, uma vez que a jazida fica a apenas 5 quilômetros do centro histórico, que pode ser impactado pelas dinamites usadas na abertura das cavas. O projeto também coloca em risco uma comunidade quilombola próxima do local. Apesar do alerta de especialistas, as autoridades optaram por liberar o empreendimento.

Restou ao Ministério Público entrar com uma ação civil pública contra a prefeitura do Serro e a empresa mineira Herculano Mineração. Fundada em 1992, ela teve executivos indiciados por homicídio doloso após o rompimento de uma barragem em Itabirito, que matou três operários em 2014. Nesta semana, o MP pediu que os indiciados, incluindo proprietários, autores e funcionários, da empresa sejam levados a júri popular por homicídio qualificado, além de crimes ambientais. Em nota à imprensa, a empresa alega que as acusações são infundadas e o desastre foi provocado por um "fenômeno geológico".

> A mineradora responsável é a dona da barragem que rompeu em Itabirito em 2014, matando três trabalhadores

Além de ter contrariado o Plano Diretor e a legislação ambiental municipal, o prefeito do Serro, Nondas Miranda, do PL, teria ignorado duas recomendações do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual e, mesmo assim, concedido a certidão de conformidade, documento que dá início ao processo de licenciamento junto ao Estado para iniciar a exploração mineral. O MP vê possibilidade de "flagrante improbidade administrativa" na postura do gestor. Em nota, a prefeitura nega ter desrespeitado o plano diretor e alega que o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Codema) é o responsável pela anuência dos empreendimentos minerários. Após a liberação, o "Executivo, amparado pela lei vigente e assessorado pelos órgãos, emitiu o documento".

A autorização da prefeitura saiu poucos dias depois de uma perícia apontar erros

ALEX DE JESUS/O TEMPO/ESTADÃO CONTEÚDO

nos documentos apresentados pela mineradora. Segundo laudos de geólogos, a mineração poderá causar danos irreversíveis ao meio ambiente. Segundo o MP, tudo começou há cinco anos, quando a Anglo American solicitou autorização para explorar essa jazida, mas teve o pedido negado tanto pelo Codema quanto pelo prefeito Nondas Miranda. Após a negativa, os direitos de exploração da jazida foram vendidos à Herculano, que deu início a uma pressão sem precedentes para ter aprovada a carta de conformidade. Nos bastidores, especialistas afirmam que a gigante Anglo teria cedido o projeto com o objetivo de retomá-lo após a sua implantação.

A Herculano mira a opinião pública e membros do Codema, um dos órgãos responsáveis por autorizar o empreendimento no município. "Eles chegaram aqui e doaram cestas básicas. Para outros, prometeram empregos se a empresa vier para cá. Dividiram a população para conseguir apoio", contou um morador da comunidade quilombola de Queimadas, que não quis se identificar por temer represálias. Alguns deles possuem casas a pouco mais de 1 quilômetro de distância da jazida. Eles alegam que tiveram o direito de consulta sobre o empreendimento negado tanto pela prefeitura quanto pela empresa, violando o artigo 6 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Com o Codema a pressão teria ocorrido na forma de "favores econômicos" às 16 entidades que possuem cadeira no conselho, segundo denúncia da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo). Um desses agrados teria sido um convênio entre a empresa e a prefeitura no valor de 50 mil para custear parte da 32ª Festa do Queijo, que beneficia produtores rurais, cuja entidade tem assento no Codema. Outro caso teria sido a distribuição de folhetos do Natal organizado pela Associação Comercial local. "Para a Federação, é inegociável o direito à consulta ao quilombo e vamos levar isso até as últimas consequências, denunciando o Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos", diz Matheus Mendonça, advogado da N'Golo.

Em nota, a prefeitura disse que a decisão judicial apontou que não houve "quaisquer indícios de que os membros do Codema que representam as entidades organizadoras de tais eventos tenham sido diretamente beneficiados com vantagem econômica proveniente da Herculano Mineração, de modo a comprometer a isenção exigida dos conselheiros".

Historicamente, o Codema vinha negando licenças de exploração de lavras que iam contra o plano diretor e a legislação ambiental. O assédio por uma deliberação favorável ao projeto foi tamanho que levou o então presidente, Paulo Procópio, a sair do conselho. "A pressão para a aprovação da Declaração de Conformidade do Empreendimento com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Serro alcançou limites insuportáveis", declarou em seu discurso de despedida. Logo depois, a nova presidente do Conselho, Vanessa de Fátima Terrade, anulou a autorização devido às irregularidades. Em abril de 2020, Carlos Dumont, presidente da Cooperativa de Produtores Rurais, assumiu a presidência do Codema e autorizou o empreendimento.

Ainda na nota, a prefeitura diz que a conformidade emitida pelo município não implica autorização de operação de atividade minerária, uma vez que cabe à Herculano a verificação das exigências previstas na lei quanto ao licenciamento junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Sobre não ter sido feita consulta à Comunidade Quilombola de Queimadas, o Executivo reforçou a relevância de se ouvir as comunidades tradicionais, mas entende que o momento de os procurar seria em uma etapa posterior, pelo órgão licenciador e no procedimento de licenciamento ambiental. *CartaCapital* entrou em contato com a empresa Herculano Mineração, mas não obteve retorno até a conclusão desta reportagem. •

Heróis esquecidos

COVID-19 Uma pesquisa da Fiocruz comprova a subnotificação de mortes de profissionais da saúde na pandemia

POR RENÉ RUSCHEL

Amparado em indicadores extraídos do Sistema de Informação de Mortalidade e do Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe, o Ministério da Saúde confirmou a morte de 470 profissionais da saúde por Covid-19 até 1º de março de 2021. À época, o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Enfermagem alertaram que o número estava claramente subnotificado, até porque o campo referente à ocupação das vítimas não era de preenchimento obrigatório nessas duas bases de dados. Pelos cálculos das entidades, ao menos 1.197 médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem morreram em decorrência do Coronavírus até aquele momento, uma morte a cada 7 horas e meia.

Passados cinco meses, um inquérito da Fundação Oswaldo Cruz sobre a mortalidade de profissionais da saúde na pandemia confirma que as associações de classe estavam muito mais próximas da realidade que o governo. De acordo com a pesquisa coordenada por Eleny Guimarães Teixeira, doutora em Clínica Médica pela UFRJ, e Maria Helena Machado, doutora em Sociologia pela Uerj, 622 médicos, 200 enfermeiros e 470 auxiliares e técnicos em enfermagem morreram em decorrência do Coronavírus entre abril de 2020 e março de 2021 – 1.292 óbitos no total.

"Na linha de frente da batalha contra a Covid, muitos tombaram pelo caminho. E isso ocorreu porque não lhes foram dadas as condições mínimas de trabalho e segurança. A falta de equipamentos de proteção individuais, de capacitação profissional para lidar com uma doença altamente transmissível e a excessiva carga de trabalho levaram milhares de trabalhadores ao adoecimento físico e mental e os expôs ao risco evitável de morrerem em função da atividade profissional que exercem", escreveu o ex-ministro Arthur Chioro, professor do Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp, ao apresentar dados preliminares do estudo em sua coluna, publicada na edição 1168 de *CartaCapital*. "O que vimos foi um massacre."

Dados da pesquisa mostram que pouco mais da metade desses profissionais, 53,8%, obteve treinamento para o uso adequado de EPI, enquanto 45,3% não tiveram orientação alguma ou buscaram informações em vídeos na internet ou com colegas, que ensinavam aquilo que sabiam. "Na saúde, mais que em outros setores, a educação permanente é indispensável e pode salvar vidas", afirma Machado. Além disso, a carga de trabalho da maioria desses profissionais girou em torno de 60 horas semanais. Muitos se submeteram a jornadas extenuantes para assegurar o atendimento de pacientes em picos de demanda ou para substituir colegas infectados. "Não tenho dúvidas de que essas situações, acrescidas da pressão por produtividade e do atendimento em grande escala, trazem consequências nefastas ao trabalhador, tanto na sua saúde física quanto na mental."

> **Até março, quase 1,3 mil médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem morreram, o triplo do informado pelo governo federal**

Outro estudo da Fiocruz, ainda em fase de elaboração, procura verificar o impacto da pandemia sobre os chamados trabalhadores invisíveis da saúde. São motoristas de ambulância, vigilantes, sepultadores, operários da manutenção, cozinha e limpeza dos hospitais. Mais de 23 mil profissionais de 60 categorias responderam à pesquisa pela internet.

Em São Paulo, alguns profissionais chegaram a permanecer 36 horas em plantão, relata o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Victor Vilela Dourado. Especialista em anestesiologia pela Santa Casa de Misericórdia, ele também critica a forma como muitos médicos foram contratados para reforçar as equipes do sistema público, sobretudo nos hospitais de campanha. Em vez de contratá-los diretamente, muitos governos optaram por confiar a tarefa à iniciativa privada, por meio das Organizações Sociais (OSs). "Os profissionais eram contratados em regime de Pessoa Jurídica, sem quaisquer direitos sociais ou trabalhistas", denuncia. "Uma vez contaminados, eram simplesmente dispensados do trabalho."

Sob o pretexto de acelerar a contratação de médicos, estados e municípios

Linha de frente. Muitos profissionais adoeceram em decorrência das jornadas exaustivas e da pressão nos hospitais

JOÃO PAULO GUIMARÃES/AFP

preferiram encurtar o caminho por meio de convênios com as OSs. Estas, por sua vez, entregavam o recrutamento de profissionais a empresas "quarterizadas", que não se preocuparam em testá-los ou vaciná-los. Na verdade, nem sequer houve monitoramento dos trabalhadores contaminados. Em muitas situações, acrescenta Dourado, médicos idosos ou com comorbidades que integram os chamados "grupos de risco", viram-se obrigados a atuar na linha de frente dos hospitais, mesmo sem ter tomado uma única dose da vacina. "Aceitavam ou ficavam desempregados."

No Rio de Janeiro, os problemas se repetem. De acordo com Mônica Carris Armada, presidente do sindicato fluminense dos enfermeiros, a falta de EPIs foi uma das maiores dificuldades no início da pandemia, mas não só. Ela lembra de situações bizarras, como a decisão de uma unidade de saúde de proibir o uso de máscaras por alguns profissionais, em um primeiro momento, para não causar pânico na sociedade. "O pessoal da limpeza, os ascensoristas, os maqueiros, os motoristas de ambulâncias, as recepcionistas, todos ficaram proibidos de usar", comenta. O descaso do Poder Público persiste. Recentemente, enfermeiros do Hospital Municipal Salgado Filho, no Rio, tiveram de comprar máscaras em lojas especializadas com recursos próprios, devido à escassez de equipamentos de proteção individual.

Antiga capital da República, a cidade do Rio herdou seis hospitais e três institutos federais. Não por acaso, a caótica gestão da pandemia pelo governo Bolsonaro cobrou um preço elevado da população carioca. O Ministério da Saúde decidiu, por exemplo, desmontar a estrutura do Hospital de Bonsucesso, onde eram realizados transplantes e cirurgias de alta complexidade, para transformá-lo em unidade de atendimento exclusivo para Covid-19. Os pacientes com outras enfermidades foram transferidos para a unidade da Lagoa, sem infraestrutura adequada para a demanda. Não bastasse, um incêndio no Hospital de Bonsucesso comprometeu o atendimento dos próprios infectados pelo Coronavírus. "Ninguém sabe como ficaram os pacientes transplantados e transferidos", diz Armada.

Insensível ao drama dos profissionais que atuaram na linha de frente da pandemia e ficaram permanentemente incapacitados para o trabalho pela Covid, Bolsonaro entrou, na terça-feira 24, com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a lei que obriga a União a indenizá-los. A medida foi aprovada em março pelo Congresso Nacional, que derrubou o veto do Executivo e manteve a previsão de reparações de até 50 mil reais. Segundo o governo, a compensação financeira coloca em risco o cumprimento das metas fiscais dos próximos anos. •

O Pantanal vai virar fogo

MEIO AMBIENTE Os focos de incêndio se multiplicam na região e lembram as cenas criminosas do ano passado

As cenas se repetem. Pelo segundo ano consecutivo, o Pantanal arde em chamas, sem que o governo federal apresente um plano ou diretrizes mínimas para conter as queimadas. Nos primeiros 22 dias de agosto, os satélites registraram 1.053 focos de incêndio na região. É um número menor do que aquele registrado no mesmo período da tragédia de 2020, mas ainda preocupante: 42% dos pontos apareceram em cinco dias. A área devastada passa de 260 mil hectares e a tendência é de rápida expansão da destruição. O pe-

ríodo de estiagem, que eleva os riscos, estende-se até outubro e, calculam os especialistas, será especialmente rigoroso em setembro. As duas regiões mais atingidas até o momento ficam na reserva indígena Kadiweu, em Mato Grosso do Sul – onde quase 20% da vegetação foi consumida pelas labaredas –, e a Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, localizada fora dos limites do Pantanal, na bacia do Alto Paraguai, mas afetada pelas consequências do fogo. Há ainda registros de incêndios nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. Além da ausência de chuvas, outro fator que provocou o ressecamento da vegetação e facilitou a propagação do fogo foi a recente geada na região.

No ano passado, as queimadas destruíram um terço do Pantanal e as chuvas que caíram depois não foram suficientes para recuperar a área. Para piorar, o rio mais importante da região, o Paraguai, está com um nível 40% mais baixo do que no mesmo período de 2020. Com menos água no solo, as matérias orgânicas tornam-se mais inflamáveis e basta um foco para as chamas se espalharem com o vento. Segundo o Observatório do Clima, o bioma perdeu 74% de sua superfície de água desde 1985 e 71% desde 1991, porcentual muito superior àquele da média nacional, de 16%. "O fogo vem a reboque do desmatamento na Amazônia Legal. É necessário comprometimento de quem tem a *expertise* e poder de fiscalizar, que é o Ibama, e mais investimentos e articulação da União com os estados", afirma Vinícius Sigueiro, coordenador do Núcleo Inteligente Territorial do Instituto Centro de Vida. "O Pantanal tem um clima cíclico, de seca e chuva, mas o que se percebeu nos últimos sete, oito anos, é menos inundações. Em 2018, em vez de cinco meses de chuvas, tivemos só dois, consequência das mudanças climáticas. A seca está muito mais recorrente em razão das alterações no clima", completa Felipe Dias, diretor do SOS Pantanal.

As informações de Dias convergem com o relatório do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima divulgado em 9 de agosto. O documento, assinado por centenas de cientistas, alerta para a urgência climática. Muitas das alterações são irreversíveis e outras o serão em breve, caso medidas drásticas para conter o impacto da intervenção humana no planeta não sejam adotadas imediatamente. O relatório trata, entre outros pontos, dos efeitos do desmatamento da Amazônia na quantidade de água disponível no Norte e no Centro-Sul do Brasil e nos vizinhos sul-americanos. Segundo Carlos Nobre, climatologista e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, o fenômeno da seca pode dar origem a um novo clima e nova vegetação. Nobre associa as transformações à elevação da temperatura e lembra que o Brasil está longe de cumprir o Acordo de Paris, que estabeleceu a meta de controle do aumento da temperatura em até 1,5 grau Celsius. Distante 30 anos da data-limite imposta pelo acordo, 2050, o País registra alta de 1,1 grau na média. "Mesmo que o Brasil consiga controlar a temperatura abaixo de 1,5 grau, o que é o desejável se quisermos preservar o planeta e a biodiversidade, ainda assim esse tipo de seca será o normal. Vai ser preciso adaptar-se ao novo clima", ressalta o cientista, que defende a necessidade de uma mudança cultural e da implantação desse debate no sistema educacional. "Caso contrário, no futuro, viveremos uma catástrofe."

> Desde 1985, o bioma **perdeu 74% da superfície de água,** muito acima da média nacional

A falta de vontade do Brasil de seguir o Acordo de Paris, diz Nobre, traduz-se no descontrole do desmatamento, responsável por metade das emissões de gases que provocam o efeito estufa. "Não estamos vendo a implementação de ações nesse sentido. Vimos o desleixo, por exemplo, na implantação do marco legal. O desmatamento continua há décadas e não há uma sistematização que consiga reduzir essa prática."

Na contramão de iniciativas que levam à preservação ambiental, recentemente o governo Bolsonaro aprovou, na Câmara Federal, o Projeto de Lei 2633, que, na prática, anistia e dá posse de terras públicas a grileiros, principais responsáveis pelo desmatamento ilegal. O PL foi enviado ao Senado, que se tornou a última porteira contra o avanço da boiada. A crise energética no horizonte, provocada pela seca e pela falta de planejamento no setor elétrico, obriga, por seu lado, o uso intensivo das termelétricas à base de carvão e gás natural, que adiam o racionamento, mas aceleram a poluição do meio ambiente.

Antecipando-se ao período de seca, os partidos PT, PSOL, Rede e PSB entraram com uma ação conjunta no Supremo Tribunal Federal para obrigar a União e os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a apresentarem um plano de combate aos incêndios no Pantanal. Até agora a medida não foi analisada, levando os partidos a ingressar com novo pedido de liminar, uma vez que o fogo avança em alta velocidade na região. "A melhor forma de combater as queimadas é implementar uma política de manejo integrado do fogo, entrar antes para preparar a vegetação, fazer o aceiro e investir em educação ambiental", defende Suely Araújo, do Observatório do Clima. Mas, como esse tipo de medida exige apoio à ciência e à tecnologia, o melhor é esperar sentado, de preferência longe das labaredas. • – Por Fabíola Mendonça

GUSTAVO BASSO/NURPHOTO/AFP

Quanto mais, melhor

E-COMMERCE Pequenos lojistas, distribuidores e fabricantes turbinam as vendas dos *marketplaces* e estão na mira das grandes empresas do varejo eletrônico

POR CLEIDE SANCHEZ RODRIGUEZ

Os resultados financeiros dos maiores varejistas do País no segundo trimestre do ano confirmam que as vendas *online* ganharam aceleração suficiente para escapar da órbita da pandemia, crescendo exponencialmente sobre a base elevada do mesmo período do ano passado, quando a Covid-19 fechou lojas físicas e fez explodir o *e-commerce* em todo o mundo. Desta vez, no entanto, os números evidenciam uma tendência que vem se acentuando neste ano: a do crescimento dos chamados *sellers*, ou seja, lojistas, distribuidores, fabricantes e mesmo pessoas físicas que vendem seus produtos pelos *marketplaces* das grandes marcas.

"O dado mais impressionante na nossa jornada recente é o crescimento no número de *sellers* da nossa plataforma do *marketplace*, que saltou de 10 mil para 70 mil, de janeiro a julho. Eles foram uma das alavancas para conseguirmos o nosso resultado", afirmou o CEO da Via, Roberto Fulcherberguer, durante apresentação dos resultados da empresa. "Nos últimos sete trimestres, mais do que dobrou a participação do *online* da empresa, que alcançou 16,4% em julho de 2021." As vendas totais somaram 11,4 bilhões de reais – alta de 51% –, comparadas ao segundo trimestre de 2020 – das quais 65% vieram das vendas *online*.

Idem no Magazine Luiza: 35 mil novos *sellers* incorporados à plataforma da empresa entre abril e junho, o que dá a média de 10 mil novos *sellers* por mês. No total, somaram 90 mil em julho. "Metade dos novos *sellers* vieram do comércio local de lojas espalhadas pelo Brasil", comemorou Frederico Trajano, CEO do Magalu, durante divulgação do balanço da empresa. Esse incremento na base dos parceiros foi um dos fatores que contribuíram para o crescimento das vendas *online*.

De acordo com Mariana Castriota, gerente de *marketplace* do Magalu, as vendas somaram mais de 3 bilhões de reais, com alta de 63% em relação ao mesmo período do ano passado. O *e-commerce* total, incluindo estoque próprio e do *marketplace*, cresceu 46% no segundo trimestre, para 9,8 bilhões de reais e 72% das vendas totais.

As vendas cresceram 31% no primeiro semestre, totalizando 53,4 bilhões de reais

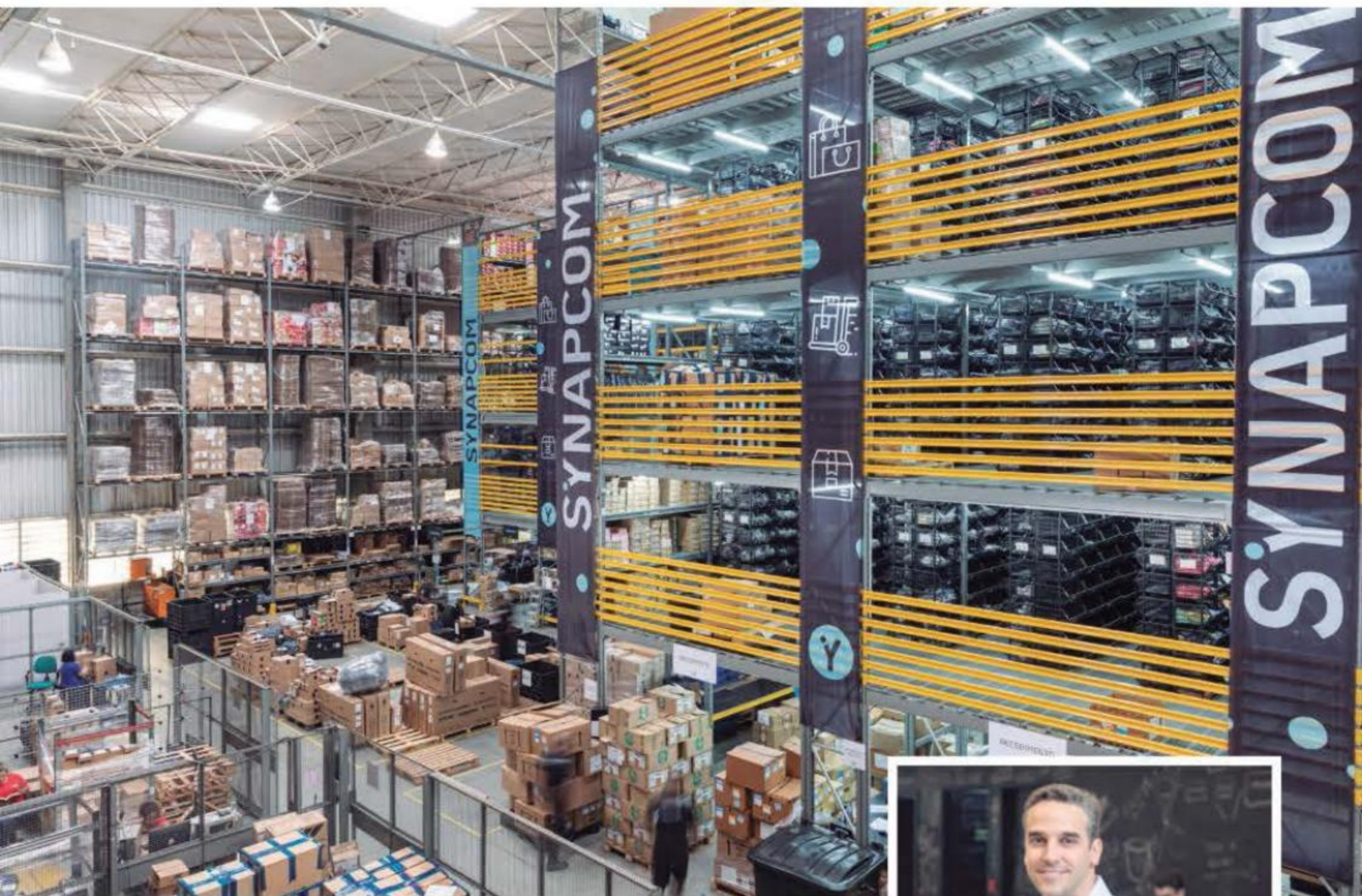
Os números do Magalu e da Via reforçam o desempenho geral do *e-commerce* brasileiro, que, ainda sob impacto das restrições de abertura das lojas físicas por causa da segunda onda da pandemia, cresceu 31% no primeiro semestre deste ano, em comparação ao mesmo período de 2020, contabilizando 53,4 bilhões de reais em vendas, segundo a Edit/Nielsen.

"Hoje, os principais *markeplaces* são bem profissionalizados e com vendas formais, porém, encontramos alguns pouco unificados, em que ainda há muita informalidade, pois nem todos os *sellers* são empresas", diz Fernando Mansano, especialista em comércio eletrônico e CEO do ComEcomm.

Por isso, as estratégias do grande varejo incluem apoio na gestão do negócio e suporte financeiro para possibilitar que cada vez mais *sellers* ingressem nos *marketplaces*, que o Magalu entende serem determinantes para ampliar o leque de produtos ofertados na plataforma, gerando maior recorrência de vendas comparada aos produtos que compõem seu *core business* (fogões, geladeiras, tevês e smartphones).

"Existem cerca de 7,3 milhões de pequenos e médios varejistas espalhados pelo Brasil, dos quais somente 100 mil estão

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44
Capital S/A. Xi Jinping flexibiliza a moralização da economia chinesa

digitalizados. Queremos digitalizar esse varejista que ainda trabalha no ambiente analógico para que seja nosso parceiro no *marketplace*. Isso nos abre um mar de possibilidades", diz Castriota. Mas, para isso, ressalta ela, o *seller* precisa ser uma empresa formalmente constituída, com CNPJ e emitir Nota Fiscal Eletrônica.

Uma das iniciativas introduzidas este ano para atrair futuros *sellers*, refletida no alargamento da base, foi escalar os gerentes de lojas, que conhecem o comércio de cada região, para convidá-los a integrar a plataforma. Há perto de 15 dias, a empresa lançou vários produtos na segunda edição do Expo Magalu, evento voltado para *sellers* de todo o País, com cursos, oficinas e palestras, para promover o empreendedorismo digital, que contou com nomes de peso, como o ex-jogador de basquete americano Magic Johnson, além da própria empresária Luiza Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magalu. Os lança-

Onipresente. A venda no *marketplace* não exclui investimentos no *e-commerce* próprio, recomenda Jacob, da Synapcom

SYNAPCOM

Qualificação. A Expo Magalu oferece cursos, oficinas e palestras para *sellers*, com foco no empreendedorismo digital

mentos incluem maquininhas de pagamentos (chamadas de Magalupay), conta digital PJ e sistema de crédito próprio.

A Via, por sua vez, lançou em janeiro deste ano uma nova plataforma que ajudou na implantação, cadastro e gestão de novos integrantes do *marketplace*. "Até o fim de 2021, nossa meta é chegar a 90 mil *sellers* em nosso *marketplace*. Como estamos bem acelerados, acreditamos que seja possível um número maior do que esse", revelou a empresa a *CartaCapital*. Além disso, apostando em sua malha logística, que conta com 27 centrais de distribuição, com estoques posicionados nas principais cidades do Brasil suportados por mais de mil mini-*hubs*, a Via deverá expandir seu pacote de serviços para os *sellers* do *marketplace*, incluindo o *fulfillment* – coleta, armazenagem e entrega de mercadorias. Ele será oferecido também no conceito de mar aberto, ou seja, "mesmo que o *seller* efetue a venda por outra plataforma, poderá executar toda a logística por meio da Via, aumentando a conveniência para os lojistas parceiros e a oferta de serviços mais rápidos, com preços mais competitivos ao consumidor", garante a empresa. Essa é outra das vantagens de se trabalhar com os *sellers*: dispor de estoque pelo Brasil, reforçando a estratégia *omnichannel* das grandes redes, com a integração das lojas físicas e virtuais.

Independentemente do ramo da empresa, vender pelo *marketplace* tem um preço para cobrir despesas operacionais, impostos, frete etc. Essa comissão aplicada sobre as vendas vem sendo usada para atrair novos *sellers*. No Magalu varia de 3,99% do valor aprovado da venda para o pequeno e médio *seller* que nunca vendeu *online*, a 16%. Na Via, de 13,5% a 16%, mas a empresa que se cadastrar até o fim do ano fica isenta por três anos. No Mercado Livre, a taxa é de 19%.

Para Fernando Mansano, os *marketplaces* são uma boa opção de diversificação de canais de vendas, especialmente para os pequenos empreendedores, que no início têm dificuldade de atrair clientes para seus *sites*. "Eles dão visibilidade aos produtos e às marcas e garantem suporte na gestão", explica o especialista. "Sem contar que os *marketplaces* investem cada vez mais para garantir o tráfego em suas plataformas, criando ecossistemas e incluindo serviços financeiros, com entregas cada vez mais rápidas", conclui.

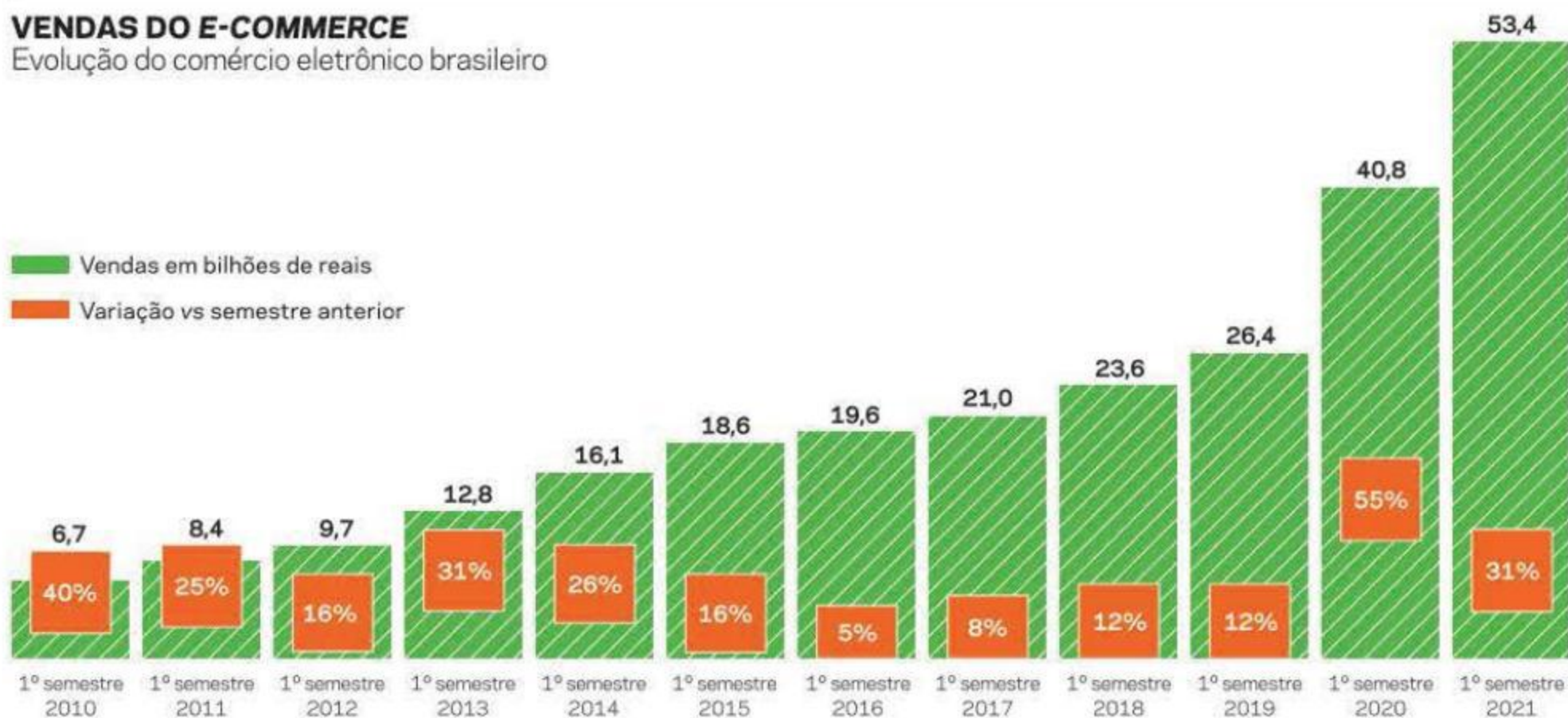
Outra vantagem apontada por Ricardo Santana, consultor do Mercado Livre para os *sellers* do Brasil e da América Latina, "é que a taxa média de conversão (quando a compra é efetiva) gira em torno de 1,5%, enquanto no *marketplace* esse porcentual triplica", observa. "A operação tem de ser lucrativa, pois, quanto mais capacitados, menores serão os problemas de reputação e melhor vai ser a experiência final do cliente."

Consultores e empresas do setor observam que a venda no *marketplace* não exclui os investimentos no *e-commerce* próprio. "Um dos principais desafios para quem vai abraçar o varejo *online*, sem dúvida, é

seguir um padrão de serviços de qualidade, que, inclusive, permita continuar como *seller* nos principais *marketplaces*", garante Marcel Jacob, diretor de Operações da Synapcom. "Entender o consumidor é cada vez mais estratégico e vender pelo *marketplace* pode ser limitante para uma empresa que precisa ter o máximo possível de informações sobre o seu público, para desenvolver sua linha de produtos e definir ações comerciais, pois, no máximo, ele fica sabendo o que foi vendido e o volume."

No mercado desde 2012, a Synapcom desenvolve projetos para *e-commerce* e oferece a infraestrutura para viabilizar toda a operação. É um segmento recente no mercado, conhecido como *full-commerce*. Boa parte de seus 70 clientes pertence à indústria. "As empresas entenderam que seria preciso estar no ambiente *online* para manter sua relevância no mercado", destaca Jacob. Entre elas, L'Oréal, Samsung e a Philips, que resolveu vender seus produtos *online* em 2018 e contratou a Synapcom para operar seu ecossistema de canais digitais no Brasil e em outros países da América Latina. De acordo com Jacob, transferir a gestão de um *e-commerce* para terceiros libera a indústria para concentrar-se no desenvolvimento de produtos. No ano passado, em razão da pandemia, a Synapcom triplicou de tamanho, tanto pelos clientes antigos, cujas vendas cresceram 103%, quanto pela entrada de novos grandes parceiros. A estimativa de vendas para 2021 é da ordem de 2,5 bilhões de reais de mercadorias transacionadas pelas plataformas.

No curto prazo, com investimentos e apostando na retomada da economia e o avanço da vacinação, as redes de varejo se preparam para um fim de ano promissor com a Black Friday e o Natal, e sem os percalços sofridos pela falta de estoques, como no ano passado. A longo prazo, apostam que o consumidor vai forçar a digitalização do pulverizado comércio brasileiro – por pura questão de sobrevivência. •

"Queremos trazer quem ainda opera no ambiente analógico para as vendas digitais", diz Castriota, do Magalu

Fonte: Ebit/Nielsen
*O dado apresentado foi reprocessado nos períodos de 2020 a 2021

MAGALU

Infância desprotegida

MP 1045 A minirreforma trabalhista em discussão no Senado também ameaça o futuro das novas gerações

POR ADRIANE REIS DE ARAÚJO E ANA LÚCIA STUMPF GONZÁLEZ*

Está em discussão no Senado Federal o projeto da minirreforma trabalhista, resultado da aprovação do texto-base da MP 1045/2021 pela Câmara. A possibilidade de tratar um tema trabalhista por meio de Medida Provisória restringe-se a atender a situações urgentes, como a concessão do auxílio emergencial aos trabalhadores impactados pela crise do Coronavírus. A norma aprovada pelos deputados ultrapassa, porém, todos os limites e pretende, sem maior fundamento, empurrar a mão de obra brasileira de forma definitiva para condições de trabalho com maior informalidade, aumento da precarização e piora da remuneração.

Os prejuízos decorrentes da aprovação de modelos informais para a prestação de trabalho não se limitam aos trabalhadores em atividade, atingem em cheio as gerações futuras, comprometendo a economia do País, com claro aprofundamento das desigualdades. A informalidade dificulta o gozo de direitos, em especial daqueles voltados à proteção social e da infância, como se pode ver no gozo das licenças-maternidade e paternidade.

No atual quadro pandêmico, a aprovação tardia da lei que determinou o afastamento obrigatório das trabalhadoras gestantes da atividade presencial (Lei 14.151/2021) gerou críticas de diversos setores da sociedade. Embora reconheçam ser um caminho necessário para reduzir o índice de morbidade e mortalidade de gestantes e puérperas por Covid-19 e retirar o Brasil de seu posto de liderança no mundo (cerca de 75% das mortes), os detratores denunciavam a imprecisão do custeio de eventual afastamento ou a não implementação de benefício específico no sistema previdenciário.

No entanto, ainda que o legislador tenha optado por determinar a suspensão contratual com a remuneração integral na hipótese de não ser possível

> A aprovação de modelos informais de trabalho dificulta o acesso a direitos, como se pode ver no usufruto da licença-maternidade

o trabalho remoto da gestante (PLV 17/2021), o alto índice de informalidade das atividades exercidas por mulheres levaria a grande maioria a não ter acesso a esse direito. Mesmo o gozo da licença-maternidade fica dificultado para trabalhadoras autônomas, diante da exigência de pagamento de dez salários de contribuição. Para ilustrar a situação, basta pensar a condição do trabalho doméstico: ocupado em 92%

Precariedade. No trabalho doméstico, 92% das vagas são ocupadas por mulheres e a informalidade alcança 72%

das vagas por mulheres e com índice de informalidade equivalente a 72%. Tal atividade tem a menor remuneração no mercado e, como resultado, reduzido porcentual de contribuição previdenciária, ou seja, apenas 35,6% do total.

A situação dos homens segue na mesma linha. Segundo a Pesquisa Nacional Saúde do Homem Paternidade e Cuidado, realizada pela Coordenação de Saúde do Homem do Ministério da Saúde, em parceria com a ouvidoria do SUS, aproximadamente metade dos homens cujos filhos nasceram em maternidades públicas não consegue gozar da licença-paternidade. Entre os principais motivos da não fruição da licença-paternidade figura a informalidade, que compõe o grupo majoritário correspondente a 56% das situações.

O governo federal corretamente tem se ocupado em proteger a primeira infância por meio do atual Programa da Empresa Cidadã e o Pacto Nacional pela Primeira Infância. Tais programas têm por objetivo ampliar qualitativa e quantitativamente a possibilidade de mulheres e homens participarem do cuidado das novas gerações, com a virtude de também minimizar a desigualdade de gênero e a discriminação da mulher. Mas a discussão de licença- maternidade, licença-paternidade e licença-parental esvazia-se ao se desconsiderarem os entraves para o acesso aos benefícios previdenciários voltados ao cuidado diante dessa realidade.

É certo que, se quisermos construir uma sociedade com menos violência de gênero, devemos, impreterivelmente, equilibrar a divisão dessas tarefas de cuidado independentemente do gênero. Da mesma maneira, também é certo que as pessoas que trabalham necessitam encontrar modelos de prestação de serviços com maior rede de proteção, afastando-se daqueles que levem a maior precarização e piora das condições de trabalho.

Infelizmente, o cenário desenhado pela minirreforma trabalhista segue em sentido diametralmente oposto. Ali se vê cada vez mais longe o cumprimento da doutrina da proteção integral à infância (art. 227 da Constituição). Melhor seria pensar modelos robustos e com viés de gênero para o eficiente fortalecimento de nossa economia no momento de sua retomada.

**Procuradoras do Trabalho, as autoras lideram a Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades do MPT.*

ISTOCKPHOTO

> **O BRASIL PARECE VIVER DE JANELAS, MAS O QUADRO POLÍTICO, DESDE MEADOS DE 2020, SISTEMATICAMENTE CONSPIRA CONTRA A PRÓPRIA MELHORA DA ECONOMIA**

CARLOS KAWALL,
diretor da ASA Investments e ex-secretário do Tesouro

Vista grossa

▶ Pequim decide flexibilizar a moralização das finanças

O governo do *premier* Xi Jinping, que se comprometeu a coibir o superendividamento das companhias chinesas, está apoiando a Huarong Asset Management, cujo ex-presidente, Lai Xiaomin, confessou ter recebido 227 milhões de dólares em subornos e foi executado por corrupção e bigamia, em janeiro, informa o *NYT*.

Criada no fim dos anos 1990 para comprar créditos podres de bancos estatais e, assim, permitir levantarem fundos no mercado global, a instituição agigantou-se tomando crédito barato nos bancos estatais e fazendo empréstimos de alto risco. Na semana passada, ao reportar perdas de 16 bilhões de dólares, anunciou estar recebendo capital de cinco empresas estatais, entre elas o Citic Group e a China Cinda Asset Management. A Huarong não detalhou quanto nem quando entraria o dinheiro estatal. Michel Löwy, principal executivo da firma de investimentos SC Lowy, achou a medida "extremamente positiva". "Está claro que é um resgate parcial, pois duvido que investidores independentes aportariam capital sem garantias ou um tapinha nas costas." Pelo visto, Pequim quer que o sistema financeiro chinês seja casto, mas não agora.

ABRAÇO DE AFOGADOS

A Comissão de Valores Mobiliários indeferiu, na segunda-feira 23, a oferta pública de ações (IPO) da Havan, cujo dono, Luciano Hang, recuou a primeira vez, em outubro, porque investidores entenderam que a empresa não valia 100 bilhões de reais, como dizia ele. Em março, a avaliação caiu para 70 bilhões e, em julho, para 45 bilhões. "O viés é de baixa, por conta especialmente do risco político", afirmou Luiz Cláudio Dias Melo, sócio-diretor da consultoria 360 Varejo, ao jornal *O Estado de S. Paulo*. "Hang está abraçado ao presidente da República, que, por sua vez, está envolvido em uma série de situações que podem ter desdobramentos nos próximos meses."

Airbnb gastronômico

O ChefsClub, maior clube de gastronomia do País, com mais de 3 mil opções de restaurantes, 70 mil assinantes e presença em 25 cidades, está buscando recursos por meio de um *crowdfunding* para expandir seus negócios. Com aportes mínimos a partir de 5 mil reais, que poderão ser feitos pelo público em geral na plataforma de investimento SMU (StartMeUp), a *startup* espera captar 5 milhões de reais em 30 dias, a fim de investir em tecnologia para melhorar a interface com usuários. A ideia é tornar-se o Airbnb da gastronomia. O segmento emprega 6 milhões de pessoas no Brasil.

Vacinação com carteira digital

Aos 19 anos, Martin Hoberman acaba de se vacinar e aposta na imunização para decolar o *app* Imune, uma carteira digital de saúde para facilitar o acesso e o compartilhamento voluntário de dados individuais sobre vacinação. Sua *startup* White Tents também criou a plataforma para gestores de empresas, escolas e locais públicos administrarem com segurança os dados de saúde de colaboradores, alunos, clientes ou habitantes que adotarem o *app*. A White Tents foi incubada na Eretez.bio, do Hospital Albert Einstein. Martin quer captar 3 milhões de usuários e mil empresas até o fim do ano.

MST na Bolsa

A CVM autorizou a retomada da oferta pública de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Gaia Impacto Securitizadora para levantar 17,5 milhões de reais a sete cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). A oferta foi suspensa em 30 de julho sob alegação de que a documentação não explicitava a ligação das cooperativas com o MST. Na liberação, a CVM disse que a irregularidade já fora sanada e que a Gaia deve verificar com investidores que já aderiram se confirmam a adesão. Os recursos financiarão a produção de 13 mil famílias distribuídas pelas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

NÚMEROS

1,89

bilhão de dólares foram remetidos do exterior para o Brasil no primeiro semestre, o maior volume desde 2010, segundo o Banco Central

4,5

bilhões de dólares estavam aplicados em ativos social e ambientalmente responsáveis no banco UBS da Ásia, no fim de junho, ante 1 bilhão de dólares em 2020

127.522

apartamentos novos foram vendidos no primeiro semestre, um salto de 46,1% sobre o mesmo período de 2020, informa a Câmara Brasileira da Indústria da Construção

MARCELO CAMARGO/ABR, MST BRASIL, LEONARDO RODRIGUES/ASA INVESTIMENTS E JEAN FERRÉ/ONU

O monstro desperta

TERRORISMO O Estado Islâmico recobra o fôlego, muda a estratégia, avança na África e volta a assombrar o planeta

POR SERGIO LIRIO

A retomada do controle do Afeganistão pelo Taleban desvelou outra negligência dos Estados Unidos e dos aliados ocidentais. Ao contrário do que se dizia, o Estado Islâmico, o mais extremista dos grupos islâmicos em atividade, continua a ser uma ameaça real e potente. O EI voltou ao noticiário internacional após as ameaças de ataques terroristas ao aeroporto de Cabul, onde 5 mil soldados tentam em vão organizar a tumultuada fuga de estrangeiros e afegãos até a terça-feira 31, data da retirada oficial das tropas norte-americanas. Segundo relatos dos serviços de inteligência, a filial afegã do Estado Islâmico, o Isis-K, infiltrou supostos homens e mulheres-bomba no país, em meio ao caos instalado dos últimos dias. Por causa dos riscos de ataques, o Exército dos EUA chegou a interromper o resgaste de civis no sábado 21. "Sabemos que os terroristas podem tentar explorar a situação e alvejar inocentes ou os nossos militares", declarou Joe Biden no dia seguinte. "Estamos mantendo vigilância constante para monitorar e interromper ameaças de qualquer fonte." O presidente dos EUA insinua a possibilidade de prorrogar até o fim de setembro a retirada definitiva das tropas, mas os talebans, que submetem a uma espécie de via-crúcis os afegãos que caminham até o aeroporto, não querem nem ouvir falar do assunto. Em entrevista à rede de tevê Sky News, Suhail Shaheen, porta-voz dos novos ocupantes do poder, disse que uma extensão do prazo seria ultrapassar a linha vermelha e levantaria suspeitas sobre as reais intenções de Washington. "Se os EUA buscassem mais tempo para continuar as evacuações, a resposta seria não, ou haveria consequências", afirmou.

O K no nome da filial do Estado Islâmico no Afeganistão refere-se a Khorasan, ou Coração, região dominada pelo grupo na fronteira com o Paquistão e que no passado integrava o vasto território do Império Persa. A célula vive em intenso conflito com o Taleban, cujos integrantes são descritos como "apóstatas" – lenientes na aplicação da Sharia, "maus muçulmanos", de acordo com o comunicado oficial do Isis-K, e covardes por aceitarem um acordo com os Estados Unidos. Nos últimos cinco anos, entrincheirada em uma diminuta área no sudeste do Afeganistão, a célula extremista não só sobreviveu aos bombardeios norte-americanos e às disputas com o taleban, como também planejou atentados com centenas de vítimas e muitos prejuízos econômicos.

> O Isis-K é adversário dos "apóstatas" talebans no Afeganistão

O braço afegão alçado às manchetes sintetiza o processo de reorganização do Estado Islâmico após o desmantelamento do califado em 2017, quando as tropas lideradas pelos EUA retomaram Mosul e a "capital" Raqqa, e o suicídio de seu líder, Abu Bakr al-Baghdadi, que preferiu, em 2019, tirar a própria vida a ser morto por soldados ocidentais durante o cerco ao seu esconderijo no noroeste da Síria. O fim do EI parecia definitivo e levou a Casa Branca a anunciar erroneamente o desmantelamento da organização nascida das costelas da Al-Qaeda. A comemoração durou pouco. Meses depois, com Baghdadi substituído por Abu Ibrahim al-Hashimi al-Qurash, ex-prisioneiro dos EUA no Iraque, o Estado Islâmico começou a juntar os cacos e readequar seus objetivos.

Houve, claro, uma perda substancial de recursos e influência. No auge da expansão, o califado chegou a ocupar, entre o Iraque e a Síria, uma área maior do que a Inglaterra. O mundo teve então a oportunidade de verificar como era a vida sob os domínios do EI: mulheres escravizadas, infiéis crucificados ou açoitados à luz do dia para servir de exemplo. As reservas de petróleo e gás natural vendidas no mercado paralelo rendiam centenas de milhões de dólares, dinheiro usado para recrutar mártires nos quatro cantos do pla-

neta, construir uma eficiente rede internacional e montar um aparato de divulgação das ações mais cruéis e espetaculosas. As execuções violentas inundaram o submundo da internet. Em agosto e setembro de 2014, o Estado Islâmico divulgou imagens da decapitação dos jornalistas norte-americanos James Foley e Steven Sotloff. Onze dias depois do assassinato de Sotloff, foi a vez do britânico David Haines, voluntário em uma missão humanitária no Iraque. Em novembro, mais de 300 integrantes de uma tribo sunita foram massacrados. Enquanto exibia a execução de outros prisioneiros como em um seriado de terror, o EI ordenou atentados no Egito, na Tunísia, no Kuwait e na Síria. Em agosto de 2015, o grupo apagou milênios de história ao destruir os monumentos de Palmira, cidade síria com vestígios de habitantes do período neolítico e que atingiu seu ápice sob o controle do Império Romano. Um crime de guerra, de acordo com as Nações Unidas.

A perda de Mosul e Raqqa, de grande parte do califado e do controle das reservas de petróleo e gás natural foi um baque nas finanças do grupo. Estima-se que a receita anual caiu para menos da metade ou até um quarto do valor arrecadado nos tempos áureos, o que daria de 25 milhões a 50 milhões de dólares, quantia ainda assim respeitável. Para recompor o caixa, células da organização adotaram a estratégia de ocupar regiões de contrabando de metais preciosos na África. O comércio ilegal de ouro em Burkina Faso, Mali e Nigéria é estimado em 2 bilhões de dólares ao ano. O EI disputa com a Al-Qaeda o mercado negro de Burkina Faso e sua filial na Nigéria, o Estado Islâmico da Província da África Ocidental (ISWAP, *na sigla em inglês*), aproveita a oportunidade para expandir sua influência no território antes dominado pelos aliados do Boko Haram, cuja força diminuiu após a morte do líder, Abubakar Shekau. Segundo relatório do Conselho de Segurança da ONU de junho passado, o EI, por meio de células próprias ou associado a organizações locais, tenta compensar a retração no Oriente Médio com a expansão na África, tanto em número de militantes quanto na arrecadação de fundos e na sofisticação dos armamentos, drones entre eles. São várias as frentes no continente africano. O Estado Islâmico no Grande Saara atua nos países produtores de ouro. A partir da Nigéria, o ISWAP visa o Chade, a República Centro Africana e o Sudão. Moçambique, Zimbábue e Tanzânia também registram a presença dos extremistas. "Enfrentamos ameaças terroristas transnacionais que são duradouras e capazes de se adaptar a novas tecnologias. E de se expandir para incluir indivíduos e grupos que cometem ataques terroristas relacionados à xenofobia, racismo e outras formas de intolerância", resumiu Vladimir Voronk, chefe de contraterrorismo da ONU na apresentação do documento. "É urgente e necessário apoiar os esforços dos países africanos para combater o terrorismo."

Os jihadistas descobriram desde cedo a utilidade das redes sociais na propagação de *slogans* e ideias radicais. Não surpreende, portanto, a constatação do aumento da atividade desses grupos na internet detectada por outro relatório, este produzido pela Europol. Limitados pelas restrições nas fronteiras impostas pela pandemia do Coronavírus, descreve o levantamento, os recrutadores do EI, da Al-Qaeda e congêneres intensificaram o compartilhamento de mensagens *online* ao longo de 2020. "A propaganda continua a ter efeito mobilizador e a incitar

Pedra sobre pedra. O ISWAP ocupa o vácuo deixado pelo Boko Haram na Nigéria. E as ruínas de Palmira, patrimônio destruído pelo EI

ataques solitários de indivíduos que podem não ter conexões diretas com qualquer um desses grupos", alerta o estudo. "Orientados pela inovação, eles não se abstêm de explorar as tecnologias mais recentes para divulgar suas causas."

O último ataque do EI a alvos ocidentais aconteceu em janeiro de 2019, quando uma explosão matou quatro norte-americanos e dez sírios em Manbij, mas isso não significa que o grupo desistiu de impor o terror à sua volta ou sumiu do mapa. A ousadia, a magnitude e a velocidade em assumir a autoria dos atentados deveriam servir de alerta. Com o Afeganistão nas mãos do Taleban, o Iraque igualmente abandonado à própria sorte e a Síria afundada na guerra civil, quem seria capaz de deter o ressurgimento do Estado Islâmico em seu berço? A sequência de operações é digna das ambições

> Para compensar a perda de receita com o contrabando de petróleo, o EI cobiça o ouro africano

do grupo de recuperar relevância entre as organizações jihadistas. Em 19 de julho, um homem-bomba levou consigo outros cem cidadãos que trabalhavam ou faziam compras no movimentado mercado de Sadr City, distrito de Bagdá e um dos maiores redutos xiitas do Iraque. Embora o maior, este não foi o primeiro atentado do ano. Em 21 de janeiro, dois mártires suicidas mataram 35 e deixaram mais de cem feridos em uma rua da capital iraquiana. Em abril, um carro-bomba na feira Urfali fez quatro vítimas, enquanto um explosivo no mercado de Maridi feriu 17.

Entre a ascensão, a queda e o reagrupamento do Estado Islâmico, a vida no Oriente Médio permaneceu congelada. Longe das capitais dos territórios ocupados pelos Estados Unidos, onde se experimentou uma tímida sensação de liberdade, a maioria esmagadora da população manteve a rotina de se equilibrar entre os desmandos dos chefes tribais e o fanatismo religioso dos jihadistas. A marginalização, associada a desigualdade, miséria e injustiça, é o terreno fértil do qual brotam jovens dispostos a morrer pela causa. Enquanto os EUA e os aliados ocidentais fazem as malas sem olhar para os estragos produzidos durante 20 anos de ocupação do Oriente Médio, o Estado Islâmico permanece onde sempre esteve, pronto a transformar a frustração e o desencanto em ódio. •

JOSEPH EID/AFP

A luz se apaga

TheObserver A retirada caótica do Afeganistão levanta a questão: este é o fim do "século americano"?

POR JULIAN BORGER, DE WASHINGTON

Alguns meses atrás, havia bases dos Estados Unidos por todo o Afeganistão, onde se podia mergulhar na cultura norte-americana, comprar Coca-Cola e barras de Snickers em máquinas automáticas e assistir a esportes ao vivo na tevê. Agora o posto avançado encolheu para um lado do aeroporto de Cabul, vestígio caótico de uma estada de 20 anos, onde tropas de retaguarda tentam salvar as últimas lascas de dignidade e honra, aparentemente postas de lado pela liderança política em Washington, tentando retirar compatriotas desgarrados e aliados afegãos. Esses aliados, antes inspirados pelo discurso de democracia, direitos das mulheres e imprensa livre, hoje enfrentam os terríveis dilemas de vida ou morte de preservar as evidências de seu trabalho para a coalizão liderada pelos EUA, na esperança de salvar-se no último minuto, ou destruí-las, tentando escapar da execução.

A velocidade e a totalidade da derrota no fim da guerra mais longa da história dos Estados Unidos inevitavelmente levantam perguntas sobre seu lugar no âmbito maior da história moderna, e a principal pergunta talvez seja se essas cenas marcam os últimos estertores do "século americano". Foi uma era em que os EUA deveriam agir como o policial do mundo, mantendo a ordem de acordo com um conjunto definido de regras e interferindo quando necessário para conter os piores crimes contra a humanidade. A realidade com frequência ficou muito aquém desse ideal, mas estaria o projeto inteiro, na teoria e na prática, agora perto do fim?

A expressão "século americano" foi cunhada em 1941 em um ensaio do magnata editorial Henry Luce, que sugeriu: "Podemos fazer de um internacionalismo americano algo tão natural para nós em nossa época quanto o avião ou o rádio". Essa ambição certamente foi alcançada nos anos seguintes. A libertação da Europa dos nazistas foi acompanhada de exercícios incrivelmente bem-sucedidos de construção de nações na Alemanha Ocidental e no Japão, que se tornaram democracias prósperas e aliados confiáveis.

Há outras populações ao redor do mundo que têm motivos para ver o policial global norte-americano como essencialmente um bom policial, como os bósnios e os

A imagem de defensores do mundo livre não resistiu à realidade

kosovares, para os quais os EUA entraram em cena quando as potências europeias falharam na liderança. "Certamente não foi a crise dos mísseis em Cuba, certamente não foi o Iraque, mas a intervenção na Bósnia é uma boa demonstração do que se pode fazer quando os EUA têm uma ambição moderada e benigna", disse Sabina Cudic, do partido reformista liberal bósnio Nasa Stranka. Foi depois da intervenção liderada pelos EUA na Bósnia e dos subsequentes acordos de paz de Dayton que a secretária de Estado Madeleine Albright disse: "Se tivermos de usar a força, é porque somos a América, o país indispensável". Poucas ou nenhuma autoridade dos EUA fala desse modo hoje, e os últimos que restam no Afeganistão se sentem de fato muito dispensáveis.

Em outras partes do mundo, a experiência do policiamento global foi muito diferente. Ele existia para permitir o fluxo de petróleo e a navegação desimpedida dos navios-tanques, aplicando uma série de regras criadas desde o início para beneficiar os EUA e um punhado de grandes potências. Na América Latina, o verniz foi ainda mais fino e o policial agiu como a firma de segurança privada para alguns interesses corporativos.

O século americano atingiu o zênite depois da queda do Muro de Berlim, e a emergência dos EUA como a única superpotência, sem rival. A União Soviética dissolveu-se em 1991, meio século depois que Luce publicou seu ensaio. A apoteose duraria uma década, até que o desastre desceu do céu azul e límpido em 11 de setembro de 2001. Quase 3 mil cidadãos foram mortos nos ataques a Nova York e Washington, mas a reação visceral dos EUA se mostraria mais prejudicial para a posição do país no mundo. Ela desencadeou as "guerras para sempre" no Afeganistão e no Iraque, que agora podem estar chegando ao fim para os EUA, mas continuarão a ser a realidade para as populações civis deixadas para trás durante os próximos anos, ou talvez

Desespero e culpa. Biden tenta desviar o foco, mas os EUA, depois do Afeganistão, perderam os últimos fios de credibilidade

ANDREW CABALLERO-REYNOLDS/AFP E OMAR HAIDIRI/AFP

décadas. O desastre seguiu-se ao desastre: a Primavera Árabe na Líbia foi uma inversão grotesca da revolução democrática europeia que pretendia imitar, deixando o caos sangrento onde os antigos regimes caíram, como na Líbia, e onde eles se mantiveram firmes – na Síria.

Os danos causados pelo 11 de Setembro não se desdobraram exatamente como pretendia o líder terrorista Osama bin Laden, segundo Nelly Lahoud, analista do grupo de pesquisas New America, que vasculha seus documentos, mas teve um "sucesso catastrófico" em mudar o mundo. Foi um caso da reação autoimune que se revela muito mais mortífera do que a infecção que deveria combater.

Em um novo livro, *Reign of Terror: How the 9/11 Era Destabilized America and Produced Trump (Reinado do Terror: Como o 11/9 Desestabilizou a América e Produziu Trump),* Spencer Ackerman, ex-jornalista de *The Guardian*, afirma que o pior dano foi autoinfligido, por meio do impacto da "guerra global ao terror" e todos os seus excessos: tortura, vigilância maciça, militarismo e autoritarismo. "De todos os custos infindáveis do terrorismo, o mais importante é o menos avaliado: o que seu combate custou para a nossa democracia", escreve Ackerman. "É bem da América não reconhecer que a verdadeira ameaça era o contraterrorismo, e não o terrorismo."

A reação produziu na opinião pública dos EUA uma repugnância por intervenção estrangeira. Uma das poucas coisas que Donald Trump e Joe Biden tinham em comum era sua determinação de sair do Afeganistão, e Biden completou a retirada que Trump havia acordado com o Taleban, em fevereiro de 2020, em Doha. A rapidez do colapso do governo afegão re-

Pax americana. O triunfo dos EUA com a queda do Muro durou uma década, até o 11 de Setembro

fletiu não apenas fraqueza militar, mas uma fragilidade e uma incompetência que haviam claramente se disseminado pelos governos. Ao comando do presidente, as autoridades afirmaram que os acontecimentos que se desenrolaram no aeroporto de Cabul não eram uma repetição da evacuação de Saigon em 1975, cujas fotos simbolizaram a derrota durante mais de uma geração. Mas as semelhanças eram inegáveis. "Por ter estado literalmente em Saigon na sua queda, certamente parece Saigon para mim", disse em um tuíte Viet Thanh Nguyen, autor vencedor do Prêmio Pulitzer, cuja família fugiu do Vietnã quando ele tinha 4 anos.

A retirada das tropas americanas em 1973 e a queda de Saigon dois anos depois pareceram na época uma derrota tão séria quanto Cabul hoje. Mas de modo algum foi o fim do papel proeminente dos EUA no mundo. "A estratégia norte-americana durante a Guerra Fria, apoiar a liberdade e resistir ao comunismo soviético, teve êxito, mesmo diante dos fracassos de Washington no Vietnã e em outros lugares", disse Daniel Fried, ex-integrante do Departamento de Estado que hoje está no grupo de pensadores Atlantic Council.

Os EUA continuam a ser, por todas as medidas, a maior economia do mundo, com uma rede de alianças muito mais forte que a de sua rival, a China.

Josef Joffe, editor veterano da revista alemã *Die Zeit* e professor de assuntos internacionais na Universidade Johns Hopkins, nos EUA, disse que o fiasco de Cabul "certamente prejudica três características críticas de uma grande potência: confiabilidade, credibilidade e coesão na aliança". "Os países agora pensarão duas vezes antes de se comprometer com os EUA, protegendo suas apostas ao se aproximar da China e da Rússia", disse Joffe. "Entretanto, isso não é um declínio. As grandes potências vacilam quando seus bens materiais diminuem, como no caso da Grã-Bretanha no século XX. Em comparação, os EUA continuam a maior potência econômica, reforçada por vantagem tecnológica e o exército mais sofisticado do mundo, capaz de intervir em qualquer lugar do planeta, para não falar na vasta influência cultural que a China e a Rússia não têm."

A maior ameaça era o contraterrorismo, não o terrorismo

A diminuição da pegada militar no Afeganistão e no Oriente Médio destina-se a liberar recursos para uma competição mais acirrada com a China. "Uma redução no grande Oriente Médio a serviço de enfocar rivais maiores é algo que poderia reforçar a hegemonia global dos EUA, e não enfraquecê-la. E eu diria que é o que a maior parte do governo Biden pensa fazer", disse Stephen Wertheim, historiador e professor convidado na Fundação Carnegie para a Paz Internacional, que examinou as origens do século americano em seu livro *Tomorrow, the World: The Birth of US Global Supremacy (Amanhã, o Mundo: O Nascimento da Supremacia Global dos EUA).*

Wertheim afirmou, entretanto, que o caráter do intervencionismo militar de Washington poderá mudar depois da derrota no Afeganistão. "É difícil imaginar que a ideia de construção de nações pela força sobreviva."

Poucos bósnios muçulmanos acreditam, porém, que mais suprimentos humanitários teriam evitado mais massacres na escala de Srebrenica em 1995. Cudic, que faz parte do Parlamento federal em Sarajevo, disse: "Com toda a merecida crítica e análise da política externa norte-americana nas últimas décadas, viveremos para lamentar esse declínio".

A preocupação em Sarajevo é de que a Rússia e a China estejam a preencher o espaço deixado pelos EUA, mas sem o mesmo interesse em evitar a divisão definitiva da Bósnia segundo linhas étnicas. É um padrão visto em todo o mundo. "Um dos grandes riscos para a análise que tenta criticar o imperialismo é a suposição de que só o Ocidente, de fato só os EUA, tem ambições e escopo imperiais. Isso é fatal", disse Priyamvada Gopal, professor de estudos pós-coloniais na Universidade Cambridge. "No fim deste século, se o mundo chegar lá, o centro do poder imperial terá mudado completamente. O importante é que o centro de gravidade do capitalismo está mudando para o Sul, e estão surgindo atores da Rússia e da China à Índia."

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Na ribalta. Jinping e Putin ocupam o palco

AHMET BOLAT/ANADOLU AGENCY/AFP, SPENCER PLATT/GETTY IMAGES/AFP E GERARD MALIE/AFP

Telas embaralhadas

AUDIOVISUAL Relatório saído do Ministério das Comunicações expõe as disputas em torno dos mercados de tevê e *streaming*

POR ANA PAULA SOUSA

Um executivo do setor de telecomunicações recorre à imagem de um voo que acaba de passar por uma zona de grande turbulência para descrever a situação em que se vê neste momento: "Estávamos todos sentados, cada um em seu lugar, e, de repente, quando passou a turbulência, um se viu com a bandeja da refeição do vizinho no colo; o que estava na primeira classe foi para a econômica e o cara que estava na econômica foi parar na executiva, do lado de uma criança que não era seu filho".

A imagem traduz de maneira jocosa a atual complexidade da cadeia de valor do audiovisual. A tecnologia, ao permitir que o conteúdo seja transmitido via internet, sem a necessidade das redes da radiodifusão ou das estruturas da tevê paga, embaralhou papéis antes bem delineados e alterou o jogo de forças num negócio bilionário e global.

No Brasil, a situação é agravada pelo descompasso regulatório, que gera um desequilíbrio entre diferentes negócios e coloca, inclusive, sob ameaça a estrutura de apoio público à produção de filmes e séries. O tema, que se mostra urgente desde 2016 – quando a banda larga do País passou a suportar transmissões em vídeo com qualidade –, mas nunca é encarado de frente, voltou a causar *frisson* nos últimos 15 dias.

É que foi colocado em consulta pública um relatório de 200 páginas produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Ministério das Comunicações (MiniCom). A consulta vai até 19 de setembro e, a partir dela, deve ser formalizado, até 5 de novembro, um documento final com a posição do governo. Depois disso, o debate vai para o Congresso Nacional, onde já tramitam Projetos de Lei sobre isso.

"O documento não faz opções sobre as diversas possibilidades de atuação de cada um dos temas tratados", define o advogado Marcos Bitelli, uma entre as dezenas de pessoas ouvidas pelo GT ao longo dos últimos três meses. Os temas vão dos limites à propriedade cruzada à previsão de cotas de programação brasileira nas plataformas.

O relatório, pela tecnicidade, causou certa surpresa até. Temia-se que da pasta comandada por Fábio Farias, genro de Silvio Santos, dono do SBT, saíssem propostas esdrúxulas ou abertamente favoráveis aos conglomerados globais. Mas o que o texto faz é mapear interesses e impasses. Há quem atribua as características do relatório ao fato de o "Centrão" ter cada vez mais voz no governo. "É o pragmatismo agindo", brinca, em *off*, um executivo que tem interlocução com o governo, referindo-se ao fato de que, neste momento, a prioridade é o leilão do 5G.

Até 2025, os vídeos serão responsáveis por 89% do tráfego na comunicação móvel

O MiniCom, ao entender o potencial de conflito do assunto, teria achado melhor jogar a batata quente no colo dos grupos de interesse. E esses grupos são muitos e diversos. Eles vão desde as *big techs*, como Apple e Netflix, até pequenas produtoras de filmes, passando pelas teles e pelo Grupo Globo (*ver na pág. ao lado*).

O documento nasceu da necessidade de revisão da Lei 12.485, chamada Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), que, em 2012, regulamentou o mercado de tevê paga. Nesse nome, ininteligível para os leigos, reside o imbróglio em curso. No entendimento hoje prevalente, o "serviço de acesso condicionado" refere-se apenas a serviços que dependem de infraestrutura física para serem prestados. Com isso, tudo aquilo que é transmitido via internet – meio tecnicamente chamado de OTT, de *over the top* – escapa da regulação do SeAC.

Pelo fato de ser uma OTT, a Netflix, por exemplo, não precisa pagar a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condecine) ou cumprir regras relativas à reserva de

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 58
Circo. Do que pode rir um palhaço no Brasil de 2021?

O NEGÓCIO DO VÍDEO SOB DEMANDA

Grupos gigantes e de naturezas distintas se entrecruzam nesse novo mercado

ENTRETENIMENTO

Walt Disney
NETFLIX
TimeWarner

TECNOLOGIA

Google
Microsoft
amazon

TELECOMUNICAÇÕES

Claro
NET
O MUNDO É DOS NETS
vivo
SKY
AT&T

espaço para conteúdo brasileiro – o que ela exibe e produz, faz porque quer. Ambas as obrigações recaem, porém, sobre o mercado de televisão por assinatura.

O objetivo do GT constituído era, justamente, rever a Lei do SeAC. Só que, ao olhá-la com lupa, o grupo viu, como se diz popularmente, que o buraco era mais embaixo. Ironicamente, em se tratando do governo Bolsonaro, o resultado acabou por decepcionar parte dos grandes *players* e dar um fiapinho de esperança aos produtores independentes.

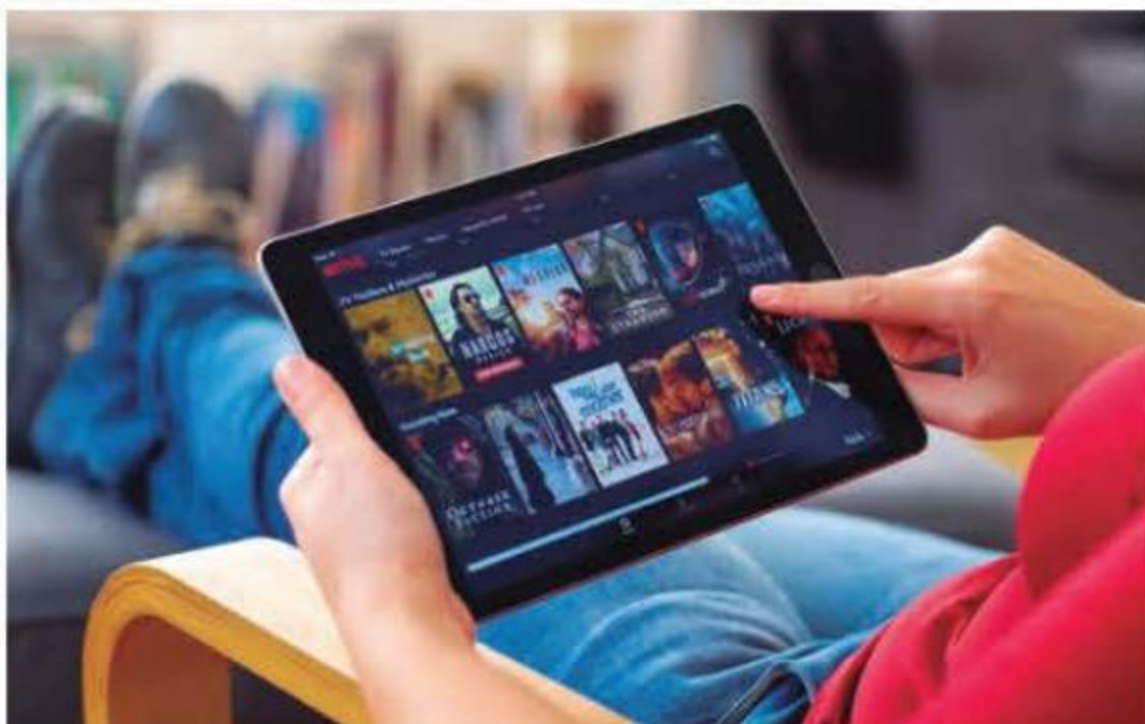
"O relatório busca alcançar uma nova proposta para todo o audiovisual e, pela complexidade do tema, talvez se afaste de resolver uma questão urgente, que é a simplificação da lei da tevê por assinatura, escopo inicial do GT", diz o advogado Roberto Jucá, que atende representantes de diferentes elos da cadeia e que tinha a expectativa de que, do grupo, saísse o que ele chama de simplificação regulatória.

"Me parece que o documento deixa claro que a questão tecnológica deixou de ser o mais importante e que, independentemente do meio de transmissão, o conteúdo precisa ser regulado", interpreta Vera Zaverucha, ex-diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e consultora do setor audiovisual, colocando sobre a mesa o tema da proteção ao conteúdo local. Vera defende que não tem sentido mexer na lei do SeAC sem, junto, regular o *streaming*.

Como aponta o relatório, se boa parte dos recursos para o financiamento da produção brasileira vem de uma taxa originária do serviço de televisão por assinatura e se o acesso ao conteúdo passa a se dar, primordialmente, via internet, haverá não só uma redução nos recursos, mas um esvaziamento da política de cotas.

"O conteúdo audiovisual é conteúdo audiovisual, não importa o meio pelo qual ele é distribuído", demarca a advogada Milene Coscione, que defendeu a Claro numa ação contra a Fox. A Claro tentou impedir, na Justiça, que a Fox ofertasse diretamente ao consumidor, via internet, aquilo que antes estava só na tevê paga. Após longos embates, perdeu a ação. E é por causa dessa decisão que, desde 2020, podemos, por exemplo,

Novo cenário. Fábio Faria (*à dir.*) foca no 5G, enquanto as plataformas de *streaming* seguem sem regulação. *Tudo Bem no Natal Que Vem* (*acima*) ficou no Top 10 da Netflix no País

NETFLIX, ISTOCKPHOTO E CLEVERSON OLIVEIRA/MCOM

acessar também a TV Globo pela internet.

"O escritório ficou marcado por defender que todo conteúdo é SeAC. Chegamos a perder clientes por conta disso", revela Milene. "Não se trata de uma posição que desconsidere a necessidade de atualização do marco legal. Apenas entendemos que as OTTs devam ser olhadas como prestadoras de serviços, e não como simples ferramentas tecnológicas. As empresas de *streaming* têm vantagens enormes em razão da demora do País em achar soluções jurídicas."

Para que se compreenda melhor essa assimetria, é preciso fazer um parêntese sobre a Lei do SeAC. A lei permitiu que as teles entrassem no negócio da tevê por assinatura e pudessem oferecer combos que incluem telefonia, internet, televisão fechada e vídeo sob demanda. Em contrapartida, passaram a pagar a Condecine, que incide sobre cada celular ativo e é a principal fonte de financiamento de filmes e séries produzidos aqui.

A mesma lei impôs, nos artigos 5º e 6º, que empresas de radiodifusão, produtoras e programadoras de tevê por assinatura podem deter até 50% do capital das teles, mas não explorar o serviço diretamente. São esses artigos que impedem que algumas fusões e aquisições sejam efetivadas no País e ameaçaram a fusão entre AT&T e TimeWarner.

O relatório do MiniCom expõe os votos de cada *player* em relação à derrubada dos artigos. Enquanto as teles anseiam pela derrubada da limitação, o Grupo Globo posiciona-se a favor de sua manutenção. "Ter uma concessão pública de radiodifusão vai ser que nem ter uma linha telefônica no passado", compara, numa perspec-

tiva futurista, Fábio Lima, dono da Sofá Digital, que atua no vídeo sob demanda.

"Quando estávamos falando de concessão pública, tinha sentido que isso fosse restrito a empresas brasileiras. Quando tudo vira OTT, acaba essa distinção, mas, a partir daí, todos devem ter as mesmas responsabilidades", pontua Lima. E ele não se refere às cotas, mas à transparência nos dados de audiência à classificação indicativa, algo que não recai, por exemplo, sobre os serviços gratuitos de vídeo sob demanda – caso do YouTube.

É sempre importante lembrar que as plataformas não estão burlando a lei. Elas, simplesmente, não foram reguladas, apesar de, este ano, ter se completado uma década da presença da Netflix por aqui. É, porém, inegável que, pelo fato de terem menos obrigações, conseguem ofertar preços mais baixos para o consumidor do que a televisão por assinatura.

Não à toa, a tevê paga – cujo teto, no Brasil, foi de 30% dos domicílios, algo baixíssimo ante os quase 90% de penetração no mercado norte-americano – vê o número de assinantes cair (*ver gráficos abaixo*). A base de assinantes brasileiros da Netflix é estimada em mais de 15 milhões enquanto a da tevê por assinatura está um pouco abaixo dos 14 milhões.

A proteção e o financiamento às produções brasileiras estão sob ameaça

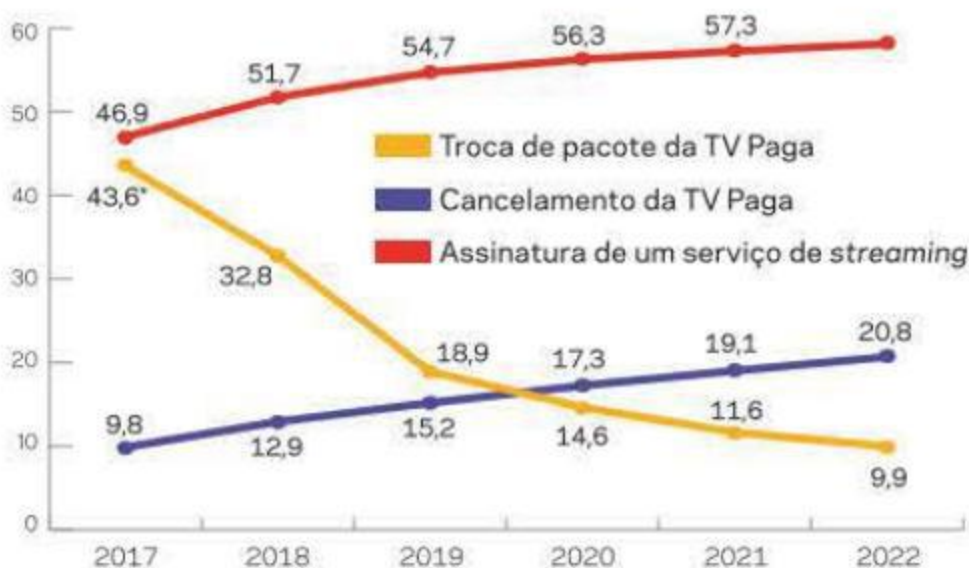
Não se pode, no entanto, desconsiderar que o preço da tevê paga é muito mais alto e que esse mercado, concentrado na Claro e na Sky/AT&T, mobiliza mensalmente 1,8 bilhão de reais. Além disso, de acordo com o relatório do MiniCom, pelo menos 2,6 mil municípios não estão dotados da infraestrutura necessária para a boa fruição de conteúdo por meio da internet.

As teles, de toda forma, já concentram mais esforço na venda de pacotes de internet com serviços adicionais de vídeo sob demanda do que na tevê paga. "As teles vendiam orelhão, telefone fixo, telefone celular, mas, hoje, assumiram outros papéis. O que não podemos esquecer é que vídeo é conteúdo e significa um direito patrimonial para quem o produz. Os direitos de um original Netflix não são do Brasil. Esse é um dos pontos mais relevantes em jogo", diz Mauro Garcia, da Bravi, associação que reúne mais de 600 produtoras.

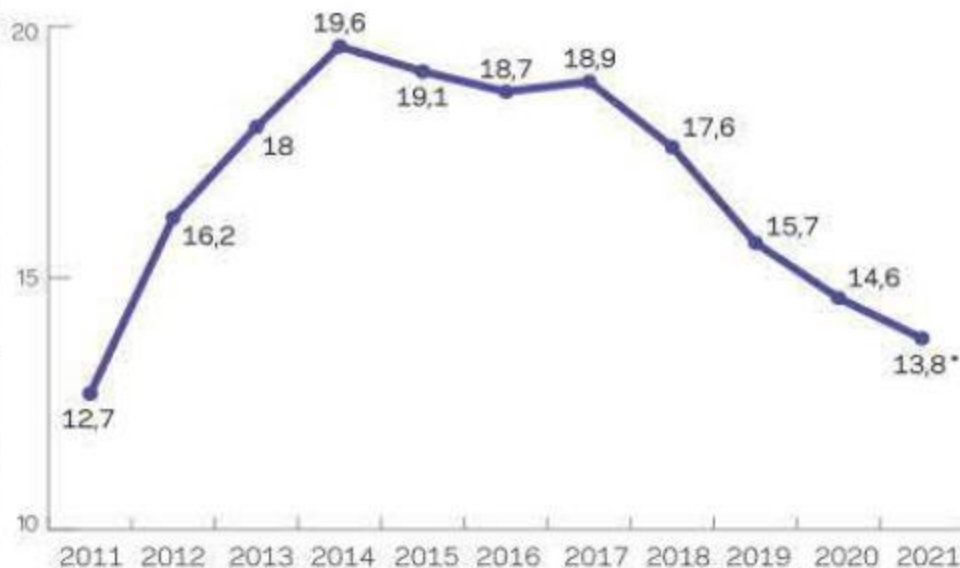
"O relatório não tem um posicionamento fechado, mas o que chama nossa atenção é o fato de o argumento da exceção cultural, que justifica as políticas públicas criadas para o audiovisual, estar ausente do texto", pondera Gustavo Soranz, da Associação dos Produtores Independentes. A API, assim como as demais entidades desse admirável mundo novo, deve, nas próximas semanas, apresentar contribuições ao texto.

A única coisa certa nesta corrida pelo engajamento e pelos gastos dos consumidores, de um lado, e pela manutenção da proteção ao conteúdo brasileiro, de outro, é que a tecnologia é irrefreável e que, sem um novo ordenamento jurídico, as distorções tendem apenas a se aprofundar. •

A TV PAGA X O *STREAMING* NOS EUA

Cada vez mais gente corta os serviços a cabo no país
Em %

*Porcentual relativo à totalidade da população norte-americana
Fontes: www.eMarketer.com (julho de 2018) e MiniCom (2021)

A TV POR ASSINATURA NO BRASIL

O número de clientes cai continuamente desde 2014
Em %

*Dados até junho de 2021. A queda tem sido contínua ao longo do ano
Fonte: Anatel

Os palhaços que ainda fazem rir

FESTIVAL DE CIRCO. O que significa ser um *clown* no atual estado de coisas do Brasil

POR LUCAS NEVES

CLEUDES PESSOA, HELENA ALBA E CARLOS GUELLER

Hoje tem marmelada? Tem, sim senhor – só não queira saber o preço. Hoje tem goiabada? Releia a resposta anterior. E o palhaço, o que é? Aí fica difícil dizer, no picadeiro brasileiro de setembro de 2021, com quase 600 mil mortos por Covid-19, um luto que atravessa a mais grossa lona e os malabarismos com a ordem democrática.

A partir do sábado 28, um festival de circo com cerca de 80 atrações *online* dá a deixa para a pergunta sobre o papel do *clown* hoje e para outra, mais abrangente: dá para rir diante do atual estado de coisas?

A palhaça Matusquela, a quem Manuela Castelo Branco empresta corpo e voz desde 1998, acredita que sim. "Rir é libertador, passa por um lugar que nem sempre é inteligível", diz ela, que, no Festival Internacional Sesc de Circo, apresenta episódios da série documental *Palhaças do Mundo*. "Às vezes, você pode simplesmente rir da maravilha do mundo, pelo fato de estar vivo."

Mas existe também um contentamento mais circunstancial, segundo Manuela. "No Brasil, sempre que há momentos de retrocesso de direitos, de estreitamento de horizontes, as expressões artísticas que trabalham com o riso ganham força. A gente se alimenta desse aperto. É como se dissesse: 'Não vai fechar, não. Se fechar, nós vamos explodir'."

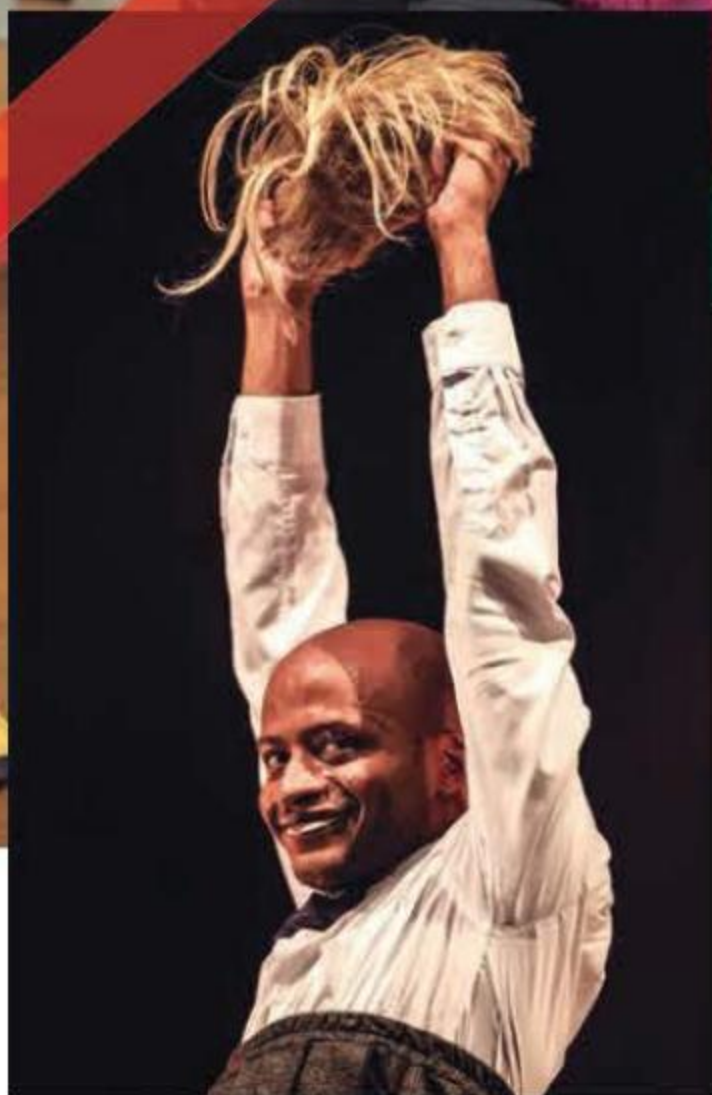
Como exemplo desse deboche afrontoso ela aponta o que chama de "narilização" da sociedade brasileira, em referência ao acessório vermelho que grevistas e outros participantes de protestos incorporaram à indumentária, sobretudo a partir de meados da década de 2010.

"As pessoas põem o nariz para ridicularizar o poder, o deputado, o presidente, da mesma forma que o bobo da corte fazia troça do rei", explica Manuela. "É um riso de denúncia. Quem está ali quer reclamar, quer na verdade dizer: 'Me respeite, eu não sou palhaço'."

Robert Gomes, palhaço do espetáculo *Prot{agô}nistas*, outro da programação do festival, também evoca a vocação subversiva dos *clowns*. "Antes, quando o circo chegava a uma cidade, os cômicos da trupe iam buscar histórias do povo: intrigas do prefeito, reclamações da comunidade. Até hoje a gente fala o que está engasgado na garganta das pessoas. A gente fala o que o povo quer falar."

> O nariz vermelho se tornou um adereço usual nos protestos pelas ruas do País

Na peça em questão, o escárnio é em cima do autoritarismo branco que atravessa a história do País, apagando episódios e personagens negros e dando realce desproporcional a supostos "salvadores" ou "libertadores" – sempre brancos. Fraque, luvas e peruca loira, o pianista de Robert

Graça. Fernando Sampaio (*à esq.*) voltou a fazer espetáculos na rua; Robert Gomes (*no centro*) se apresentou para adultos hospitalizados com Covid-19; Matusquela diz que rir é libertador

chega para interromper a "buena onda" de dançarinas que celebram a cultura *black*.

Impedido de fazer novas temporadas do espetáculo durante a pandemia, ele levou sua arte a outro público nos meses de confinamento: adultos hospitalizados com Covid-19 e moradores de lares de idosos. A interação se dava por chamadas de vídeo feitas por meio de *tablets*.

Palhaços costumam se apresentar em dupla; o chamado *clown* branco, mais apolíneo, faz "escada" para as trapalhadas do augusto, o tipo desengonçado, *gauche*. Nas ligações para pacientes de que Robert participou, por uma questão de praticidade, os palhaços muitas vezes acabavam fazendo voos-solos. Com isso, médicos e enfermeiros viravam coadjuvantes do jogo cômico. "Ali, a gente não está em busca do riso", afirma ele. "A palhaçaria vira um tempero a mais, um recurso na tentativa de transformar o momento, sem negligenciar a situação, a dor do 'espectador'."

Nesses *zooms* de vocação semiterapêutica e na única apresentação presencial de *Prot[agô]nistas* nos últimos meses – em outro festival de circo – Robert sentiu falta do toque e do olho no olho com o público. "A gente se acostumou a ver e ouvir o que as pessoas estavam achando, mas agora o sorriso está escondido pela máscara, e a risada, abafada. Isso nos deixa perdidos."

Manuela também lamenta as limitações impostas pelo distanciamento social. O que é gravado para ser exibido *online* ou mesmo o que é transmitido em uma *live* não pode ser transformado pela plateia, como acontece nas apresentações presenciais. Por outro lado, diz ela, o "cada um no seu quadrado" virtual abriu um campo dramatúrgico para a trupe do humor. "O revelar da intimidade (*do palhaço*) faz aflorar o riso de nervoso, do desespero, da histeria. Rir do próprio sufocamento liberta quem vê."

Para sair de outra clausura – a das salas de espetáculos, não a da palhaçaria *online* –, a Cia. La Mínima resolveu voltar à rua, onde deu seus primeiros passos, em 1997. Mas então veio a pandemia e os ensaios de *Circo Charanga* migraram para a internet, antes de, na reta final, aportarem em praças. A montagem será exibida no festival do Sesc.

Um dos fundadores do grupo, Fernando Sampaio, diz que o contexto de crise sanitária e o desânimo generalizado teve mais implicações logísticas do que dramatúrgicas na peça mais recente, inclusive porque se trata de uma sucessão de números de palhaço, com pouco espaço para "cacos". "A saia justa era ir para a rua, decidir a hora que isso voltaria a ser possível, viabilizar o acesso das pessoas da melhor forma possível." Desde meados de julho, a trupe percorre feiras, praças e parques de São Paulo. "A gente tem visto a plateia rindo bastante, superdisposta a ser feliz", relata.

Manuela Castelo Branco espera que esse entusiasmo se traduza numa revalorização do profissional do riso. "Tomara que o entendimento de que a gente precisa de arte, de humor e de convívio persista no pós-pandemia, e que o público seja mais generoso, tanto na gorjeta para o palhaço de semáforo quanto no ingresso para o artista profissional." •

O ator Chico Diaz dá rosto a Pedro, o protagonista

Da indignação à resignação

CINEMA *HOMEM ONÇA*, QUE TEM AS PRIVATIZAÇÕES DA ERA FHC COMO MOTE, COMEÇA COM TOM DE LUTA E TERMINA COMO FÁBULA

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

Todo brasileiro sabe, de acordo com sua idade, o momento em que descobriu estar condenado ao modelo econômico do cada um por si, também conhecido como neoliberalismo. Pedro, protagonista de *Homem Onça*, em cartaz desde a quinta-feira 26, aprendeu isso em 1997, quando era funcionário de carreira de uma estatal privatizada nos idos dos governos FHC. A sucessão de fotos de manifestações mostrada na abertura do filme força a ancoragem naquele momento histórico, reiterando o espelhamento entre o factual e o que parece ficção.

Breves cenas no ambiente de trabalho, no futebol com amigos e em família completam a pintura de Pedro como homem comum, isto é, eu e você refletidos na tela. A aura de alguém sincero e afetuoso ganha concretude na imagem de Chico Díaz, ator que se confunde com o fulano do bar ou com o sicrano da padaria. Tal como esse sujeito semelhante a qualquer um, o que acontece a ele não tem nada de incomum.

O enxugamento de custos na estatal de gás em que trabalha obriga Pedro a extinguir a fiel equipe e inviabiliza o projeto ambiental no qual investiu tanta energia. Ele logo descobre que a fila da demissão anda rápido.

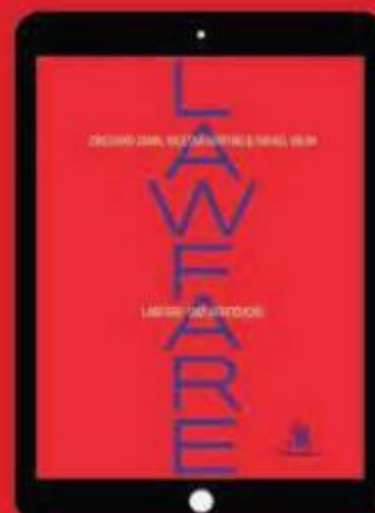
O roteiro do diretor Vinícius Reis, em parceria com Flavia Castro e Fellipe Barbosa, evita apenas reproduzir o que a maioria dos trabalhadores viveu ou viverá. A descontinuidade entre os tempos da trama aponta outro caminho e mostra Pedro em um contexto distinto, em certa medida reconciliado consigo.

Estruturado em tempos paralelos, o filme expõe o fim do emprego como algo inelutável, enquanto acompanha o protagonista "alguns anos depois", vivendo como aposentado precoce, num ócio que a ex-mulher, convertida ao evangelho do empreendedorismo, chama de "odara".

Aderindo à desarticulação entre os dois momentos do personagem, o filme transita da indignação à resignação e representa esse segundo momento como suspensão, cancelamento. E reflete esta não escolha desviando-se de conflitos, como fica claro na visita do filho da namorada.

É compreensível imaginar a natureza como espaço de neutralidade, de apaziguamento. *Homem Onça* converte, porém, essa utopia em símbolo de desistência. Muito sintomático do estado de fadiga permanente que vivemos é o filme começar evocando imagens de luta e terminar como fábula frágil, solucionando a crise com uma volta ao primitivo, a uma suposta pureza animal.

É como se os personagens das tragédias sociais de Ken Loach e dos irmãos Luc e Jean-Pierre Dardenne pudessem se salvar da danação capitalista retornando ao estágio de bons selvagens. Enquanto isso, o inferno arde. •

PANDORA FILMES/TACACÁ FILMES

A biblioteca como protagonista

LIVROS Alberto Manguel e Jane Skeslien Charles transformam a paixão pela leitura no objeto narrativo de suas novas obras

POR ALBERTO VILLAS

Quando o *e-book* surgiu, em 1998, falou-se muito que ele mataria o livro impresso. Também um dia disseram que o vídeo mataria o cinema e a televisão mataria o rádio.

Mais de 20 anos depois de o livro digital ter surgido no mercado, duas obras chegam às livrarias para colocar o livro – de papel, com capa dura ou brochura, orelha e tudo mais – no patamar mais alto de um pedestal.

Encaixotando Minha Biblioteca, do argentino Alberto Manguel, e *A Biblioteca de Paris*, da norte-americana Janet Skeslien Charles, são duas verdadeiras declarações de amor ao livro. E não apenas isso. Os autores mostram como eles podem mudar a cabeça de uma pessoa, apontar caminhos, fantasiar e dar prazer de viver.

Ao escolher o objeto livro como personagem principal de suas histórias, Manguel e Janet criam narrativas tão extraordinárias que transformam o relato em duas pequenas obras-primas, dessas que, quem pega, não larga até concluir.

Para escrever *Encaixotando Minha Biblioteca*, Manguel buscou o que estava à sua vista, um fato real: a aflição que sentiu ao olhar para sua biblioteca de cerca de 35 mil livros e saber que se mudaria de sua casa medieval na região do Loire, na França, para um apartamento em Nova York. Da aflição veio uma certeza: era preciso encaixotar livro por livro e narrar o que estava acontecendo.

A realidade não era apenas pegar cada volume e ir colocando dentro de caixotes. Cada livro, ao passar pelas suas mãos, ia se impondo a partir do que tem de mais importante: o conteúdo.

E é a partir desse encontro que Manguel, autor de *A Biblioteca à Noite* (2006), passeia por obras clássicas de au-

ENCAIXOTANDO MINHA BIBLIOTECA.

Alberto Manguel. Tradução: Jorio Dauster. Companhia das Letras (184 págs., 44,90 reais)

tores como William Shakespeare, Edgard Alan Poe e Dante Alighieri e mergulha na relação de Jorge Luis Borges com os livros.

Manguel, buscando entender o que existe por detrás de cada obra e de que forma elas influenciam a sua vida e a de tanta gente, acaba por percorrer sua formação, suas leituras, sua paixão por livros e por bibliotecas inteiras – algumas delas, majestosas, como a de Alexandria.

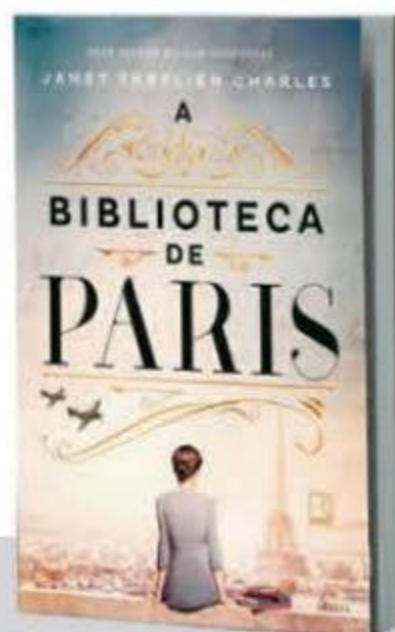
Os capítulos são compostos de uma elegia e dez digressões. Ao longo delas, o leitor vai tomando conhecimento da fabulosa biblioteca do autor e de toda uma vida que existiu e existe em cada página e em cada exemplar que ele vai encontrando nas estantes que, aos poucos, vão ficando vazias.

A Biblioteca de Paris, de Jane Skeslien Charles, é uma história bem diferente, mas tão saborosa quanto. A autora faz uma *promenade* pela Paris do *avant-guerre*, com foco no lugar onde trabalha a protagonista Odile: a Biblioteca Americana de Paris.

Odile é apaixonada pelo que faz e, ao retratá-la num cotidiano que transborda literatura em livros catalogados, a autora costura, inicialmente, uma grande história de amor aos livros. Mas eis que chega a Grande Guerra, com os alemães ocupando sua cidade luz, e tudo que a protagonista passa a ver à sua frente é perigo, tensão e escuridão. O mundo parece cair.

Paralelamente à trama que envolve a Resistência francesa – que, de fato, contou com a participação de funcionários da Biblioteca Americana de Paris – corre outra história, essa passada na década de 1980 e protagonizada por uma adolescente em busca de aventuras. A vida da jovem cruza com a de uma vizinha idosa, em cujo passado reside o misterioso elo que as une.

Apesar de Manguel e Jane serem autores quase díspares em seus projetos estéticos, há algo que os une de forma inequívoca: a paixão não apenas pelas narrativas, mas pelo objeto livro, com seu cheirinho, suas texturas, suas dobras.

Uma biblioteca, ambos os autores sabem bem, tem um encanto tal que, nestes tempos de pandemia e *lives*, se tornara o cenário preferido de nove em cada dez entrevistados – estivesse atrás deles um volume sobre epidemiologia ou uma coletânea de contos de Julio Cortázar. •

A BIBLIOTECA DE PARIS.

Jane Skeslien Charles. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Record (392 págs., 59,90 reais)

ISTOCKPHOTO

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

Infantil. Em *Mamãe, Papai Fez Arminhas com a Mão* (Kotter, 40 págs., 44,70 reais), Venes Caitano, chargista de *CartaCapital*, retrata uma menina de 7 anos que descobre que, com as mãos, pode criar bichos e se comunicar com outros planetas. Qual não é o espanto dela ao descobrir que o pai usa as mãos para fazer arminha?

Thriller. Lançado em 1947, *Fachada* (DBA, 256 págs., 59,90 reais), de Elisabeth Sanxay Holding, é definido pela editora como um "*thriller* feminista". O romance teve duas adaptações para o cinema: *Na Teia do Destino* (1949), de Max Ophüls, e *Até o Fim* (2001).

Novela. É em um edifício localizado no centro de São Paulo que Flavio Cafiero ambienta *Diga Que Não Me Conhece* (Todavia, 112 págs., 49,90 reais), uma narrativa sobre a dor do rompimento amoroso e sobre as pessoas e coisas que se revelam quando estamos à flor da pele.

AFONSINHO

Entre Tóquio e o Catar

▶ Enquanto alguns atletas do País brilham na paralimpíada, os jogadores de futebol se veem ameaçados de não participar nos jogos classificatórios para a próxima Copa do Mundo por causa da pandemia

Foi dada a largada, na quarta-feira 25, para a Paralimpíada de Tóquio. Trata-se um evento que nos deixa com a emoção à flor da pele. É bonito ver a valorização de pessoas antes relegadas, por vezes, à inutilidade brilhando em diferentes modalidades esportivas. Por outro lado, a existência de uma Paralimpíada neste momento de angústia mundial também é um grande alento para a combalida alma humana.

Basta pensarmos que são 4.403 atletas disputando 22 esportes com várias subdivisões em classes divididas por categoria, em razão de cada limitação física. E cabe lembrar que apenas uma pequena minoria daqueles que praticam esportes alcançará o nível de uma Paralimpíada. Ou seja, é um feito e tanto para a humanidade. E o Brasil, em particular, dá mostras de sua vocação humanista estando entre os dez maiores competidores paralímpicos.

Mas como nem só de bons exemplos vivemos, ao mesmo tempo que transcorre a Paralimpíada, vamos acompanhando e sentindo o clima político interno esquentar, com o acirramento dos extremos diante da aproximação do dia 7 de setembro. Essa data serve como símbolo da irônica ilusão do que significou, na realidade, a independência do Brasil. O que aconteceu foi, simplesmente, a independência do jugo português.

No intenso momento de polarização que estamos vivendo, a data – e os protestos prometidos para o dia – acaba por significar muito para aqueles que não querem mudar nada e que procuram se cegar para qualquer alteração que tenha o potencial de mover o mundo para a frente. O 7 de Setembro acaba, assim, aguçando ainda mais o nosso olhar para os arroubos tresloucados daqueles que, de repente, querem ressignificar essa data histórica.

Às desgraças destes dias sombrios, ainda marcados pela pandemia, soma-se a tragédia do Afeganistão, de onde nos chegam chocantes imagens dos contingentes de fugitivos daquela terra tão sacrificada. As notícias dão conta, inclusive, da opção por exílio feita pelas jogadoras da seleção feminina de futebol do país.

E, por falar em futebol, encerra-se na terça-feira 31 a "janela" de verão do futebol europeu. O início da temporada foi marcado pela estreia de Lionel Messi no Paris Saint-German (PSG) e pelas possíveis transferências de Cristiano Ronaldo da Juventus de Turim para o Manchester City e de Kylian Mbappé, atacante do PSG, para o Real Madrid.

A notícia mais intrigante está, no entanto, fora do troca-troca entre os grandes times. O tema mais quente dos últimos dias, no que diz respeito ao futebol, é a decisão de federações europeias de não liberar a presença de jogadores de países constantes da "lista vermelha" da Covid-19 nos jogos classificatórios para a próxima Copa do Mundo, em 2022, no Catar.

Ou seja, encrenca à vista. A medida, se levada adiante, atingiria um sem-número de jogadores de muitos países – aí incluído o Brasil, que, inclusive, tem a maior parte do seu elenco atuando na Europa.

Será por esse motivo que Tite, o treinador brasileiro, anda assistindo a jogos que, em princípio, são de menor importância? Estará ele pensando na eventual necessidade de, por conta das restrições impostas pela Covid-19, ter de convocar novos jogadores? •

redacao@cartacapital.com.br

O nadador brasileiro Gabriel Araújo ganhou a medalha de prata nos 100 metros costas

BAPTISTÃO E MIRIAM JESKE/CPB

A variante que dribla a vacina

▶ Com a disseminação da delta, corremos o risco de, mesmo imunizados, adquirir o vírus e transmiti-lo àqueles com quem tivermos contato, revelam pesquisas

A variante delta dissemina-se pelo mundo. Desde abril, quando surgiu na Índia, deu a volta à Terra e chegou em mais de cem países. Embora as características da transmissão e a agressividade tenham variado de um país para outro, está claro que ela se transmite com mais facilidade do que as demais, fato que explica o aumento do número de casos em locais em que a epidemia estava relativamente controlada.

Com o avanço da vacinação em alguns países, os dados iniciais mostravam que mesmo pessoas vacinadas poderiam adquirir o vírus, mas teriam mais dificuldade de transmiti-lo aos que entravam em contato com elas. O aparecimento da variante delta subverteu, no entanto, essa ordem.

A revista *Nature* faz uma revisão dos últimos estudos realizados nos Estados Unidos, Reino Unido e Cingapura, que avaliaram a carga viral presente nas mucosas nasais de pessoas infectadas pela delta. Neles, ficou demonstrado que a carga viral: **1.** Chegava a ser mil vezes mais alta do que a das variantes anteriores. **2.** Era semelhante em vacinados ou não.

No estado americano de Wisconsin, o estudo conduzido por David O'Connor e colaboradores, no Madison and Danny County Health Department, avaliou as características das infecções ocorridas nos meses de junho e julho deste ano, em plena epidemia de delta. Os autores determinaram as concentrações do material genético do vírus presente nas secreções nasais por uma técnica laboratorial que permite amplificar o DNA, até detectá-lo por meio de um sinal fluorescente.

Foram testados 719 pacientes infectados pelo Coronavírus, 311 dos quais tinham recebido as duas doses da vacina da Pfizer ou da Moderna. A maioria destes apresentava, na mucosa nasal, níveis de material genético do vírus comparáveis aos dos não vacinados. Os especialistas concluíram que indivíduos vacinados são igualmente capazes de disseminar o SARS-CoV-2, mas os dados não permitiram estabelecer a relevância desse achado na transmissão comunitária.

Um inquérito relatado ao Centers for Diseases Control (CDC), dos Estados Unidos, analisou 469 novos casos de infecção pelo Coronavírus, ocorridos como consequência de grandes aglomerações na pequena cidade de Provincetown, no estado de Massachusetts.

Das 469 pessoas que se infectaram nessas aglomerações, cerca de três quartos haviam recebido as duas doses da vacina. Os autores sequenciaram o material genético em amostras colhidas em 133 pacientes sintomáticos: 90% pertenciam à variante delta. As concentrações do vírus nas secreções nasais dos vacinados foram semelhantes às dos não vacinados.

Todos os pacientes acompanhados no Houston Methodist Hospital, no Texas, tiveram o material genético do vírus sequenciado. Nesse grupo, o número de infectados pela variante delta era três vezes maior do que o das demais variantes. Havia 17% de vacinados entre os infectados por ela. Os pacientes internados por terem adquirido o vírus delta tiveram estada hospitalar mais demorada, observação que sugere diferenças biológicas entre as variantes.

Em Cingapura, foi realizada uma pesquisa para comparar a carga viral nas fossas nasais, entre vacinados e não vacinados que apresentavam sintomas da Covid-19. Os resultados mostraram que, no decorrer da primeira semana, ambos apresentavam as mesmas concentrações do Coronavírus, mas que elas caíam mais rapidamente nos previamente imunizados.

O United Kingdon REACT-1 Programme, conduzido pelo Imperial College, de Londres, publicou os resultados da análise de amostras colhidas ao acaso nos meses de maio e junho deste ano. Como esperado, ficou evidente que a variante delta havia deslocado as demais, mas, em aparente contradição com os estudos que acabamos de citar, a carga viral nos fluidos nasais encontrada nas pessoas vacinadas foi mais baixa do que a das não vacinadas.

A explicação mais provável é a de que, no estudo inglês, as amostras foram colhidas ao acaso, portanto, o trabalho incluiu portadores assintomáticos não avaliados nos anteriores.

Esses dados nos ensinam que, mesmo imunizados, corremos o risco de adquirir o vírus e de transmiti-lo aos que entrarem em contato conosco. Evitar aglomerações e usar máscaras protetoras são medidas muito necessárias, exatamente o oposto do que insiste em fazer o atual presidente da República, num comportamento criminoso ao qual adere o subserviente ministro da Saúde, quando se posiciona contra a obrigatoriedade do uso de máscaras em lugares fechados. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

PESQUISA!
DEMOCRACIA OU DITADURA?
DEPENDE.
PRA MIM OU PRA VOCÊ?

"O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO PÓS-PANDEMIA"

de 3 a 31 de agosto

Dia 3/8 às 17 horas
O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO PÓS-PANDEMIA

PALESTRANTES CONVIDADOS:
Isaac Schwartzhaupt
Alexandre Padilha
Daniel Dourado

Dia 10/8 às 19 horas
COMO O BRASIL PODE ENFRENTAR A VARIANTE DELTA?

PALESTRANTES CONVIDADOS:
Anderson Brito
Rosana Richtmann
Paulo Buss

Dia 17/8 às 19 horas
LIÇÕES DE UM ANO E MEIO DE PANDEMIA

PALESTRANTES CONVIDADOS:
Paulo Saldiva
Alexandre Marinho
Reinaldo Guimarães

Dia 25/8 às 19:30 horas
COMBATENDO O CHARLATANISMO E A DESINFORMAÇÃO

PALESTRANTES CONVIDADOS:
Pedro Hallal
Natalia Pasternak
Gustavo Cabral

Dia 31/8 às 19 horas
O QUE ESPERAR DO "NOVO NORMAL"

PALESTRANTES CONVIDADOS:
Margareth Dalcolmo
Esper Kallás
José Gomes Temporão
Paula Johns

Online e Gratuito
Faça a sua inscrição no site:
dialogoscapitais.com.br

Patrocínio: ACT
Apoio: AMPG Cofen